ANO 58
239
Abril 2011

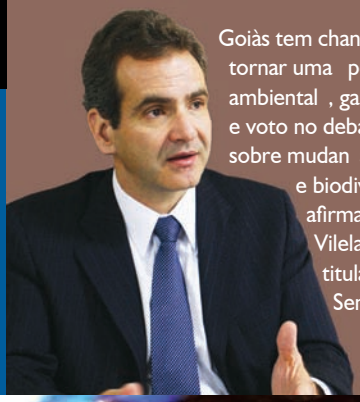
FIEG
SESI
SENAI
IEL
ICQ BRASIL

Sistema FIEG

GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federa o das Ind strias do Estado de Goiàs

ENTREVISTA



Goiàs tem chance de se tornar uma pot ncia ambiental , ganhando voz e voto no debate global sobre mudan as climàticas e biodiversidade, afirma Leonardo Vilela, novo titular da Semarh

TRABALHADOR, PROCURA-SE

GOIÁS TERÁ DE CAPACITAR 55 MIL PROFISSIONAIS POR ANO, EM MÉDIA, ATÉ 2014 PARA ATENDER À DEMANDA E PRESERVAR O RITMO ACELERADO DE CRESCIMENTO DE SUA ECONOMIA

Assessoria jurídica para as indústrias

Mais um benefício dos sindicatos das indústrias para seus filiados

Orientações de natureza
Trabalhista
Tributária
Ambiental
Dentre outros assuntos de ordem legal

Mais de 200 indústrias já receberam orientação ou trocaram informações sobre questões jurídicas empresariais.

Sistema Fieg/Ascom

O atendimento às indústrias é realizado exclusivamente via sindicato.
Procure o seu sindicato para maiores informações.

Programa de Desenvolvimento Associativo

CNI SESI SENAI IEL CNI

FIEG SESI SENAI IEL ICQ BRASIL FIEG

"O Senai Goiás, nessa emergência, vem se desdobrando no cumprimento de sua missão"

Pedro Alves de Oliveira
Presidente da Fieg

A crise da mão de obra

O Mapa do Trabalho Industrial, elaborado pelo Senai Nacional, prevê a necessidade de Goiás qualificar mais de 55 mil pessoas por ano, em média, entre 2009 e 2014, para atender à demanda do setor industrial goiano. O Senai Goiás, em 2010, em todos os níveis – da iniciação profissional à pós-graduação, incluindo a formação continuada –, proporcionou 113.516 matrículas, pelo menos um terço das quais para atendimento ao déficit de vagas no mercado.

É pública e notória a carência de mão de obra especializada, não apenas em Goiás mas em todo o País. Muitos anos de baixo crescimento econômico acabaram desestimulando a qualificação ante as perspectivas ruins de empregos, com reflexos desastrosos na crise atual.

Aquecido o mercado de trabalho, fruto da extraordinária expansão do parque industrial estadual no último decênio, quase dobrou o número de seus trabalhadores, que passou de 141 mil para mais de 269 mil, com abertura de 126 mil novas colocações, entre 2000 e 2009, conforme a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em termos industriais, no Brasil, a formação profissional até o nível técnico tem sido feita quase somente pelo Senai que, não obstante sua elevada competência, reconhecimento internacional, instalações modernas e adequadas, sozinho não dispõe de recursos para atender à expansão da demanda. E não se trata de uma crise isolada mas generalizada, que afeta praticamente todos os setores produtivos – comércio, agropecuária e prestadores de serviços, inclusive.

O Senai Goiás, diante nessa emergência, vem se desdobrando no cumprimento de sua missão, por meio de cursos nos canteiros de obras, implantação de até quatro turnos em suas unidades, ações móveis e flexíveis dentro das próprias empresas, ampliação de parcerias públicas e privadas com sindicatos, prefeituras e indústrias, adequação de conteúdos e cargas horárias de cursos às necessidades dos interessados, busca de instrutores de fora para atividades específicas e ampliação do ensino gratuito, sobretudo na construção civil.

Ao mesmo tempo, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás atua junto aos poderes constituídos, buscando sensibilizá-los no sentido de que seus programas sociais e de proteção aos desempregados sejam vinculados a políticas de qualificação profissional. Seus esforços internos são ainda maiores, para construção de novas e ampliação de atuais unidades, do Senai e do Sesi, no compromisso de aumentar significativamente as vagas oferecidas, com prioridade absoluta no atendimento aos trabalhadores e seus dependentes.

índice

CAPA

26 O ritmo de avan o do mercado de trabalho coloca novamente sob o foco do debate econ mico a questão da qualificação da mão de obra, especialmente QRVQ HVP GR H FQFR$ RI VDGR HJ GH UHQDUHP P GDP DVGH QUDEDODGRUHVSRU ano para vencer esse desafio e evitar que o gargalo da capacita o funcione como freio ao crescimento.

ENTREVISTA

8 O GFR SRUURP D R SURIHVVRUGH FRQ DJ UFRO e Biologia Educacional e deputado federal, o agora secretàrio estadual de Meio Ambiente Recursos H dricos, Leonardo Moura Vilela, aposta na possibilidade de conciliar desenvolvimento econ mico e preserva o ambiental. 6H QGR HDP DP GHS R QF DD UFRO R V HP F DQFHV de se tornar uma pot ncia ambiental .

SENAI GOI S

12 Em parceria com a Associa o Comercial e Industrial de Ceres e Rialma (Acicer) e Senai Goiás, por meio da Faculdade de Tecnologia Senai talo Bologna, a prefeitura de Ceres investe, desde 2009, num n cleo de confec o que jà come a a entregar os primeiros profissionais ao mercado. Capacitados gratuitamente, 30 alunos do curso de costura industrial est o empregados. O n cleo oferece ainda forma o para cortadores de tecidos e P RGHDJ HP GH UR SDVP DP GH VHU RV GH DWHWUD FQFDH HFQROJ FD

SESI GOI S

16 O Levantamento do Estilo de Vida e Hábitos de Lazer dos Trabalhadores das Ind strias Brasileiras, realizado pelo Sesi entre os anos de 2006 e 2008 e divulgado em 2010, mostrou que 45% dos empregados na ind stria praticam atividades f sicas como forma de melhorar a qualidade de vida.

IEL GOIÁS

18 O Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), gerenciado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), formou mais de P GDVHS H HQDVHP SUHDVGHVGHV D cria o, em 1999, determinando uma guinada QRQJ F RGHWHVHP SUHV URV HS DWDUP a fornecer para grandes empresas, a exemplo da Votorantin Metais, em Niquel ndia, e hoje disputam mercado com grandes concorrentes.

ICQ BRASIL

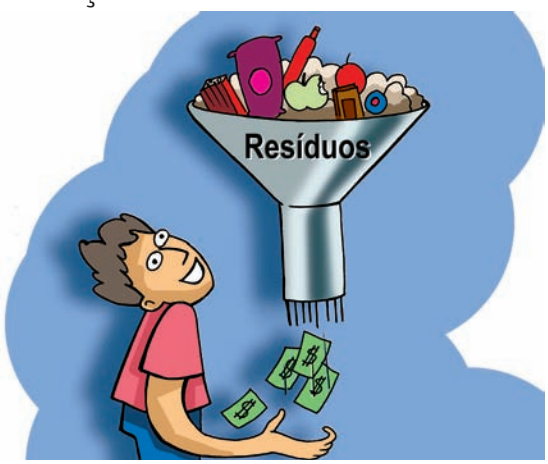
20 RP R$DUHGHVH $OOQHP HQRHVUD J FR H prevê atualização constante de seus profissionais, o Instituto de Certificação Qualidade Brasil (ICQ Brasil), integrante do Sistema Fieg, realiza, anualmente, workshop para transmitir sua equipe as mudan as mais recentes nas normas que regem o setor, atualizar procedimentos e antecipar mudan as futuras. Neste ano, o encontro ocorreu em fevereiro, QD DVDXGD,QG VUDUH QQGRHVSHF DOVDVH FQFRV de todo o Pa s.

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

23 A Secretaria do Desenvolvimento do Centro-2 HVHV 2 RQ QV URGXQJ RH DFRQ disp e de R$ 112 milh es para aplicar, neste ano, em programas de desenvolvimento econ mico em arranjos produtivos locais em Goiàs, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

BANCOS SOCIAIS

24 O Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg (Cores) pretende criar, ainda neste ano, os primeiros quatro bancos sociais do Estado, com participa o dos sindicatos das àreas de constru o civil, alimenta o, produtos farmac uticos e de vestuàrio. Sob coordena o geral do Sesi Goiàs, os bancos sociais atuar o na recep o de res duos industriais para doa o a entidades do terceiro setor, que responder o por sua destinação final.



Indústria GOIÁS 2020 Rumo ao futuro

MAPA ESTRATÉGICO

25 $H SHUHSRQV HOHHRO DSD VUD J FRGD Ind stria Goiana, parte do projeto Goiàs 2020 Ind stria Rumo ao Futuro, da Fieg, espera colocar GHS QQ-VHDQRRV UVSUP HURVSURMHRV que começarão a dar contornos definitivos ao programa.

SERVIâ OS

38 Em opera o desde agosto de 2008, o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), da Confedera o Nacional da Ind stria (CNI) e da Fieg, registra avan os desde ent o, capacitando mais de 300 lideran as sindicais. Ao agregar novos servi os, como a assessoria jur dica oferecida aos associados, sindicatos t m alcan ado a amplia o de sua base, fortalecendo representatividade nos respectivos setores de atua o.

expediente

GOIASINDUSTRIAL

Dire o
José Eduardo de Andrade Neto

Coordena o de jornalismo
Geraldo Neto

Edi o
Lauro Veiga Filho

Subeditor
Dehovan Lima

Reportagem
Andelaide Pereira, Daniela Ribeiro, Divina Eterna Rosa, Edilaine Pazini, Jávier Godinho e Nathalya Toaliari

Colabora o
Welington da Silva Vieira

Fotografia:
Sílvio Simões, Alex Malheiros e Sérgio Araújo

Capa e ilustra es
Gabriel Martins e Chico Santos

Projeto gráfico
Wesley Cesar

Diagrama o e produ o
Clarim Comunicação e Marketing
Rua S-6 nº 129, Sala 01,
Setor Bela Vista
(62) 3242-9095
www.clarimcomunica.com.br
contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade
Valéria Aquino (62) 9242-1377
8113-3148.
valeriaraquino@gmail.com

Fotolito e impress o
Gráfica Kelps

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias
do Estado de Goiás

Presidente:
Pedro Alves de Oliveira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300
Fax (62) 3229-2975

Home page:
www.sistemafieg.org.br

E-mail
fieg@sistemafieg.org.br

N˜ CLEO REGIONAL DA FIEG EM AN POLIS

Presidente:
Ubiratan da Silva Lopes

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiaí, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565

E-mail:
nureaps@sistemafieg.org.br

SESI
Serviço Social da Indústria
Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL
Instituto Euvaldo Lodi
Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL
Instituto de Certificação Qualidade Brasil
Diretor: Justo O. D'Abreu Cordeiro
Superintendente: Tatiana Jucá

Diretoria da FIEG

Presidente
Pedro Alves de Oliveira

1 Vice-Presidente
Wilson de Oliveira

2 Vice-Presidente
Eduardo Cunha Zuppani

3 Vice-Presidente
Antônio de Sousa Almeida

1 Secretàrio
Marley Antônio da Rocha

2 Secretàrio
Ivan da Glória Teixeira

1 Tesoureiro
André Luiz Baptista Lins Rocha

2 Tesoureiro
Hélio Naves

Diretores
Segundo Braoios Martinez
Sandro Marques Scodro
Orizomar Araújo Siqueira
Ubiratan da Silva Lopes
Manoel Paulino Barbosa
Robson Peixoto Braga
Roberto Elias de L. Fernandes
José Luis Martin Abuli
Álvaro Otávio Dantas Maia
Eurípedes Felizardo Nunes
Jair Rizzi
Henrique W. Morg de Andrade
Eduardo Gonçalves
Leopoldo Moreira Neto
Flávio Paiva Ferrari
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
Daniel Viana
Osvaldo Ribeiro de Abreu
Elvis Roberson Pinto
Eduardo José de Farias
Valdenício Rodrigues de Andrade
Ailton Aires de Mesquita
Hermínio Ometto Neto
Carlos Alberto Vieira Soares
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Josélio Vitor da Paixão
Jaime Canedo

Conselho Fiscal
Justo O. D'Abreu Cordeiro
Laerte Simão
Mário Drummond Diniz

Conselho de Representantes junto CNI
Paulo Afonso Ferreira
Sandro Antônio Scodro

Conselho de representantes junto à Fieg
Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alyson José Nogueira
Álvaro Otávio Dantas Maia
Ananias Justino Jaime
Aurelino Antônio dos Santos
Carlos Alberto Diniz
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Queiroz de Paula e Silva
Carlos Roberto Viana
Cyro Miranda Gifford Júnior
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Cunha Zuppani
Eduardo Gonçalves
Eduardo José de Farias
Elvis Roberson Pinto
Ernani Martins Almeida
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Francisco Gonzaga Pontes
Henrique Wilhem Morg de Andrade
Hermínio Ometto Neto
Hélio Naves
Heribaldo Egídio
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jairo França
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Batista Júnior
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Vieira Gomide Júnior
Justo Oliveira D'Abreu Cordeiro
Laerte Simão
Leonardo Jayme de Arimatéa
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
Luiz Rézio
Manoel Paulino Barbosa
Manoel Silvestre Álvares da Silva
Marcelo José Carneiro
Marley Antônio Rocha
Marcelo José Carneiro
Moacyr Rabello Leite Neto
Nilton Pinheiro de Melo
Orizomar Araújo de Siqueira
Pedro Alves de Oliveira
Pedro Daniel Bittar
Pedro de Souza Cunha Júnior
Ricardo Araújo
Roberto Elias de Lima Fernandes
Robson Peixoto Braga
Rodolfo Luis Xavier Vergílio
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wellington Soares Carrijo
Wilson de Oliveira

Conselhos Temáticos

Conselho Temàtico de Desenvolvimento Tecnol gico e Inova o
Presidente
Melchíades da Cunha Neto
Vice-Presidente
Ivan da Glória Teixeira

Conselho Temàtico de Meio Ambiente
Presidente
Henrique W. Morg de Andrade
Vice-Presidente
Aurelino Antônio dos Santos

Conselho Temàtico de Infraestrutura
Presidente
Célio de Oliveira
Vice-Presidente
Álvaro Otávio Dantas Maia

Conselho Temàtico de Pol tica Econ mica
Presidente
Marley Antônio Rocha
Vice-Presidente
Beyle de Abreu Freitas

Conselho Temàtico de Pol tica Fiscal e Tributària
Presidente
Eduardo Zuppani

Conselho Temàtico de Rela es do Trabalho
Presidente
Orizomar Araújo de Siqueira
Vice-Presidente
Ricardo Roriz

Conselho Temàtico de Micro e Pequena Empresa
Presidente
Leopoldo Moreira Neto
Vice-Presidente
Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temàtico de Responsabilidade Social
Presidente
Antônio de Sousa Almeida
Vice-Presidente
Rosana Gedda Carneiro

Conselho Temàtico de Agroneg cios
Presidente
Igor Montenegro
Vice-Presidente
Ananias Justino Jaime

RQVHOKR7HP LFRGH RP UFLR Exterior e Neg cios Internacionais
Presidente
Emílio Bittar
Vice-Presidente
José Carlos de Souza

Conselho Temàtico Fieg Jovem
Presidente
André Lavor Pagels Barbosa
Vice-Presidente
Thomaz Antônio Pompeo de Pina

Rede Metrol gica Goiàs
Presidente
Marçal Henrique Soares

C mara Setorial de Minera o
Presidente
José Antônio Vitti
Vice-Presidente
Luiz Antônio Vessani

Sindicatos com sede na Federa o das Ind strias do Estado de Goiàs

[illegible]

SIAEG
Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SIEEG
Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Orlando Alves Carneiro Júnior
Fone (62) 3212-6092
Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO
Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515
Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN
Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINCAF
Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Carlos Roberto Viana
Fone (62) 3212-7473
Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO
Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Ernani Martins de Almeida
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINDIALF
Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA
Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Moacyr Rabello Leite Neto
Fone/Fax (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE
Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE
Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SIMELGO
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO
Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Aurelino Antônio dos Santos
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME
Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone/Fax: (62) 3212-3970
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO
Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE
Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: Ananias Justino Jaime
Fone (62) 3212-1135
Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPí O
Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 8422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA
Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
Presidente: Ailton Aires Mesquita
Telefone (62) 3224-0121

SINDM VEIS
Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Manoel Paulino Barbosa
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO
Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
Fone (62) 3223-9703 sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG
Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIMENTO
Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Luiz Ledra
Fone (62) 3224-0456/
Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQU MICA-GO
Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
Fone (62) 3212-3794/
Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINVEST
Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Outros endere os

SIAGO
Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: José Nivaldo de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 325I-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAâ ˜ CAR
Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG
Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia- GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO
Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3623-0591

SINROUPAS
Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SINDUSCON-GO
Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Justo Oliveira D'Abreu Cordeiro
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia- GO
Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177 contato@sinduscongoias.com.br

Anàpolis

Av. Eng Roberto Mange, n 239-A, Jundia , Anàpolis/GO
(3 [illegible]) RQH) D [illegible] H [illegible]
sind.industria@terra.com.br

SIAA
Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Álvaro Otávio Dantas Maia

SINDIFARGO
Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Marçal Henrique Soares

SIMEA
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Robson Peixoto Braga

SINDICER
Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Henrique Wilhelm Morg Andrade

SIVA
Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: Jair Rizzi

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 35 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

GOIÁS, UMA "POTÊNCIA AMBIENTAL"

Professor licenciado de Ecologia Agrícola e de Biologia Educacional, um dos fundadores e presidente da Fundação Ecológica de Mineiros, médico, produtor de leite e deputado federal pelo PSDB, Leonardo Moura Vilela assumiu a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) com vários desafios à frente. O primeiro deles, a ser cumprido até o final do ano, será transformar a pasta em modelo de gestão eficiente e de transparência. Mais complicado será abrigar, sob as asas da política ambiental do Estado, interesses tão diversos quanto, aparentemente, inconciliáveis. O secretário declara estar sinceramente convencido de que será possível harmonizar desenvolvimento econômico e preservação e transformar Goiás em uma "potência ambiental", assegurando ao Estado posição de protagonista no debate sobre mudanças climáticas e na exploração das possibilidades criadas por sua biodiversidade.

Goiás Industrial – Quais são os principais projetos que o senhor pretende implantar durante sua gestão?

Leonardo Vilela – Em relação à gestão propriamente dita, temos uma série de problemas na secretaria, todos de conhecimento público. Além das mudanças de superintendentes, gerentes e cargos de chefia, tomei a iniciativa de, primeiro, usar toda a tecnologia de informação disponível para que a secretaria tenha eficiência, agilidade e transparência – e isso é fundamental. Ao mesmo tempo, tenho ouvido toda a sociedade organizada, o setor produtivo, as ONGs ambientais, entidades de ensino e pesquisa, entidades de classe, Ministério Público e temos trabalhado em parceria, ouvindo as queixas dessas entidades, suas sugestões para, a partir daí, traçar nossa linha de ação. Acredito que essa linha tem sido positiva, haja vista que a imagem da secretaria hoje já mudou. Até o final do ano, deveremos ser um exemplo de eficiência de gestão e de transparência.

Goiás Industrial – O senhor pode comentar algo mais sobre os programas da Semarh?

Leonardo Vilela – Em relação aos grandes programas, estamos trabalhando com muita ênfase na questão dos recursos hídricos. Eu reativei, de forma bastante enfática, as reuniões do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Nós tínhamos apenas um comitê de bacia hidrográfica em funcionamento, o

comitê do Rio Meia Ponte, que funcionava precariamente. Acabamos de reativar o comitê da Bacia do Rio dos Bois, acabamos de criar o comitê da Bacia do Rio Vermelho. Em abril, na próxima reunião do conselho, está prevista a criação dos comitês dos rios Santa Maria e São Marcos. Nossa previsão é de que tenhamos pelo menos dez comitês de bacias hidrográficas criados até o final do ano. Isso vai representar um ganho muito grande na gestão de nossos recursos hídricos, que são fundamentais para a indústria, para a agricultura e pecuária, para a geração de energia e, sobretudo, para o abastecimento urbano e humano também.

Goiás Industrial – Esse processo está adiantado? Há alguma expectativa em relação a quando deverá se iniciar o processo de cobrança pelo uso da água no Estado?

Leonardo Vilela – Já está adiantado. Alguns irrigantes da Bacia do Rio São Francisco, na região de Cabeceiras, já receberam cobrança e estão pagando para o Comitê do Rio São Francisco, que é um rio federal. Acredito que dentro de muito pouco tempo nós iniciemos esse processo também aqui no Estado. Possivelmente, vamos iniciar pelo comitê do Rio Meia Ponte, que é o que está mais avançado e que é um rio extremamente importante, porque banha um território onde estão localizados 40% da população do Estado e 40% do Produto Interno Bruto (PIB) goiano. É um rio que está muito sujeito a atividades poluidoras, tanto industriais, quanto agropecuárias, de esgoto urbano, o que torna essa bacia alvo de uma preocupação muito especial, além do rio ter como afluente o Ribeirão João Leite, cujo reservatório será responsável, dentro de alguns anos, pelo abastecimento de um terço da população de Goiás.

Goiás Industrial – De que forma deve ocorrer a cobrança pelo uso da água e pelo despejo de resíduos nos mananciais do Estado?

Leonardo Vilela – Os comitês (de bacia) são fundamentais nesse processo. Primeiro, porque eles vão mediar os possíveis conflitos entre a utilização de água para irrigação, para abastecimento humano, para geração de energia, para navegação ou qualquer outra forma de uso. Em segundo, porque vão definir os critérios de cobrança e onde serão aplicados esses recursos. E terão autonomia para isso. Os comitês de bacia serão os verdadeiros gestores dos recursos hídricos. As informações iniciais que nós temos dão conta de que o irrigante, com pivô central de grande porte, paga em torno de 70 e 160 reais por ano pela utilização da água. Então, é um valor irrisório perto da receita que ele obtém. A maior taxa é cobrada pelo consumo humano doméstico, uma vez que não só as empresas de saneamento coletam a água, mas também despejam efluentes e quanto menos tratados são esses efluentes mais elas vão pagar pelo uso da água. Acredito que é uma solução importante, interessante e que representa um grande avanço na gestão de recursos hídricos.

"Tomei a iniciativa de, primeiro, usar toda a tecnologia de informação disponível para que a secretaria tenha eficiência, agilidade e transparência"

Goiás Industrial – No ano passado, o Estado recebeu, a título de compensação pelo uso de recursos hídricos e royalties repassados pela usina de Itaipu, pouco mais de R$ 61,201 milhões, num aumento de 22,9% em relação aos R$ 56,917 milhões recebidos em 2009. Não há confirmação de que esses recursos foram direcionados para proteção, preservação ou recuperação de nascentes e de mananciais. Haverá alguma definição, neste governo, no sentido de destinar esses recursos para a gestão de recursos hídricos?

Leonardo Vilela – Já pedi para que esses dados sejam levantados e, inclusive, sob o ponto de vista legal, sobre a destinação desses recursos. Se eles não tiverem sido bem utilizados, encaminharemos aos órgãos de fiscalização competentes. Em relação a 1º de janeiro para cá, se houver alguma distorção na utilização desses recursos, levarei o fato ao governo do Estado para que sejam tomadas providências.

Goiás Industrial – Uma questão importante, ainda falando sobre gestão de recursos hídricos, como o senhor mencionou, é o problema do saneamento básico. Esse é o grande ou um dos grandes focos de poluição das águas, especialmente no Rio Meia Ponte e no Ribeirão João Leite, principais fontes para o abastecimento de Goiânia. Como encontrar soluções para essa questão?

Leonardo Vilela – Um estudo da Agência Nacional das Águas (Ana) mostra que praticamente metade das causas de poluição dos mananciais hídricos brasileiros é o esgoto doméstico, o esgoto urbano. Então, isso, por si, merece atenção especial. Temos de implementar políticas severas, rígidas de controle para que as prefeituras ou seus concessionários, no caso, a Saneago é a conces-

sionária da maioria absoluta dos municípios goianos, responsável pelo abastecimento de água e pelo tratamento de esgoto, cumpram sua função, do contrário estarão sujeitos a penalidades. Mais uma vez, os comitês terão papel importante nisso. À Semarh caberá o papel de normatização e fiscalização e acredito que, mais do que nunca, o setor privado terá participação importante na medida em que as PPPs (parcerias público-privadas) e concessões poderão ser um instrumento importante nessa área.

Goiás Industrial – O governo já tem alguma coisa definida em relação a essa participação do setor privado?

Leonardo Vilela – Já há estudos no Comitê de Desestatização, que é formado por vários órgãos do governo. Particularmente, sou um defensor da participação do setor privado em ações e setores para os quais o Estado não dispõe de recursos para investir e que são fundamentais. O gerenciamento de resíduos sólidos e o tratamento de água e de esgotos são áreas em que o setor privado tem capacidade de investimento, onde o retorno sobre o capital investido é viável. O papel do Estado será normatizar e fiscalizar a participação privada nesses setores estratégicos para o meio ambiente e para o desenvolvimento do Estado.

Goiás Industrial – Na área de outorgas de recursos hídricos, qual foi o cenário que o senhor encontrou quando assumiu?

Leonardo Vilela – Infelizmente, Goiás perdeu muito tempo nesse setor. Já devíamos ter feito um plano diretor de recursos hídricos há muito tempo. Ele deveria ter precedido a exigência de outorga de água. O fato é que as outorgas foram feitas, de uma forma bastante conservadora, é verdade, mas sem as informações e sem o conhecimento profundo da realidade hidrológica do Estado. Essa situação está mudando. Minha expectativa é de que até o final do ano que vem nós já tenhamos o plano diretor de recursos hídricos de Goiás, que vai nos dar muito mais segurança na concessão dessas outorgas. Enquanto isso não acontece, temos estabelecido uma parceria com a Ana para utilizarmos os estudos de que ela dispõe sobre as bacias do Rio Paranaíba, que banha 48% do Estado, e dos rios Araguaia e Tocantins, que responde por mais 45% do território goiano. A partir desses estudos, nós pudemos fazer as concessões de outorga para uso da água. Agora, a partir do final do ano que vem, teremos muito mais segurança para isso, o que será reforçado com a instalação e a atuação dos comitês de bacias hidrográficas.

"Nossa previsão é de que tenhamos pelo menos dez comitês de bacias hidrográficas criados até o final do ano. Isso vai representar um ganho muito grande na gestão de nossos recursos hídricos"

Goiás Industrial – O Estado não tem uma visão de qual é a disponibilidade hídrica hoje?

Leonardo Vilela – Essa visão não é exata. Ela é estimada com todas as falhas que essa estimativa pode acarretar.

Goiás Industrial – A nova Lei de Resíduos Sólidos entrou em vigor no ano passado. O que isso traz de mudanças para o Estado e quais os principais projetos da secretaria para essa área de gestão de resíduos sólidos? O senhor tem defendido o aproveitamento do lixo para a geração de energia, por exemplo.

Leonardo Vilela – Essa é uma atribuição das prefeituras, que devem cuidar da questão. Isso não exime o poder estadual, por meio da Semarh, de licenciar e fiscalizar esses empreendimentos e ser parceiro no compartilhamento de informações e de tecnologias com os municípios, na articulação para formação de consórcios entre municípios menores. A Lei de Resíduos Sólidos, que ajudei a aprovar no Congresso, como deputado federal, prevê a instalação de aterros sanitários até 2014 em todos os municípios. O aterro é uma alternativa interessante, apresenta algumas vantagens e facilidades, mas é uma modalidade em desuso crescente nos países desenvolvidos, em virtude principal-

mente de dois fatores. Primeiro, por causa das grandes áreas que são necessárias para a implantação desses aterros. Essas áreas, brevemente, estarão esgotadas pela quantidade enorme de lixo que é produzido, exigindo a construção de novos aterros. Principalmente nas áreas metropolitanas, com a expansão urbana, essas áreas se tornam cada vez mais escassas. As distâncias se tornam crescentes. Além disso, por mais cuidados que se tenha na construção e manejo de um aterro, existe sempre o risco de contaminação do lençol freático por chorume. E existe ainda outro problema.

Goiás Industrial – Qual é esse problema, secretário?

Leonardo Vilela – Mesmo que os gases produzidos pelos aterros, principalmente o gás metano, sejam parcialmente coletados e queimados, há uma grande emissão de CO_2 e CH_4, que são o dióxido de carbono e o metano, respectivamente, e que são gases formadores do efeito estufa. O metano é 30 vezes mais potente do que o CO_2 no sentido de destruir o ozônio e, portanto, de aumentar o efeito estufa. Essa é uma grande preocupação dos países desenvolvidos. Nos países europeus, que como nós são signatários do Protocolo de Quioto, com o aterro sanitário, eles não cumprem as metas de redução de emissões de gases. Isso eu vi em março na Inglaterra, nas regiões de Birmingham, Bristol e Londres, na área de gerenciamento de resíduos sólidos. Para resíduo orgânico, que corresponde grosso modo a 50% de todo o lixo produzido – os outros 50% são resíduos recicláveis, que são papel, vidro, plástico, metais –, o que essas regiões estão fazendo? Por meio de uma tecnologia conhecida há mais de 100 anos, que é a digestão ou fermentação anaeróbica, onde as bactérias, na ausência de oxigênio, se utilizam do substrato orgânico para a produção de energia para seu próprio consumo e geram, como subproduto, gases como CO_2 e CH_4. Esses gases são coletados e destinados à queima em termelétricas para a produção de energia para a população. Como subproduto, obtém-se ainda biofertilizantes, usados em parques, jardins e lavouras, reduzindo o volume de fertilizantes químicos. É bom lembrar que potássio e fosfato são recursos naturais finitos e que o nitrogênio, que é utilizado em maior escala para fertilização, é derivado do petróleo.

Goiás Industrial – Mas qual a escala desses projetos e seu alcance?

Leonardo Vilela – Temos aí uma situação extremamente interessante. O Reino Unido, que tem uma matriz energética muito suja, com cerca de um terço de carvão mineral e de petróleo na geração de energia, pretende, até 2015, ter 20% de toda sua energia oriunda de lixo, de biogás metano. O setor privado, que faz isso na Inglaterra, por meio de concessões e PPPs, recebe um incentivo de um adicional de 25% no preço da energia fornecida ao sistema elétrico nacional, porque é considerada uma fonte limpa e porque está resolvendo um problema criado pelo lixo urbano. Acredito que mais cedo ou mais tarde será um caminho que o Brasil e Goiás terão de tomar. Temos alguns seminários com técnicos do Reino Unido para dimensionar essa questão econômica face à realidade brasileira, analisar custos de instalação, manutenção e da energia elétrica, o preço a ser pago pelo processamento do lixo para verificarmos sua viabilidade. Mas acredito que no Brasil também poderá ser implantado um sistema semelhante, com a participação do setor privado e a fiscalização do setor público. Nos últimos cinco anos, a Inglaterra implantou 50 plantas de biodigestão anaeróbica. Nos últimos dez anos, a Alemanha, que é um país líder nessa área, instalou mil plantas.

> "Defendo a tese de que não é preciso derrubar uma árvore em Goiás para que consigamos duplicar, triplicar ou quadruplicar a produção de grãos, biocombustíveis e fibras"

Goiás Industrial – Esse tipo de programa, necessariamente, terá de vir atrelado a projetos de coleta seletiva, políticas de redução da geração de lixo. Isso está nos planos da secretaria?

Leonardo Vilela – Para isso, temos um plano ambicioso de educação ambiental, envolvendo não só a Semarh, mas também outros órgãos do governo e, sobretudo, a sociedade, as entidades organizadas, a imprensa, a Igreja, que escolheu o tema ambiental para a Campanha da Fraternidade neste ano. O governo tem seu papel e tem sua importância, mas cabe à sociedade como um todo esse papel de educação ambiental e de mudar o comportamento de cada cidadão.

Goiás Industrial – Como a secretaria pretende lidar com a questão do Cerrado? Há o debate sobre as mudanças no Código Florestal, que pretende reduzir áreas de preservação e consolidar a situação atual. Há a questão das mudanças climáticas, que vão alterar esse cenário profundamente, e a demanda por aumento da produção de alimentos. Como conciliar todos esses fatores e acomodar todos esses interesses dentro da política ambiental do Estado?

Leonardo Vilela – É um desafio, sem dúvida, mas acho que são coisas completamente conciliáveis. Defendo a tese de que não é preciso derrubar uma árvore em Goiás para a que consigamos duplicar, triplicar ou quadruplicar a produção de grãos, biocombustíveis e fibras. A tecnologia disponível permite que utilizemos grandes áreas, aliás a maior parte das áreas já desmatadas, ocupadas hoje por pastagens degradadas e totalmente subutilizadas. A utilização adequada dessas áreas, com as tecnologias que já estão disponíveis, nos permitirá ter grande ganho de produtividade e de produção. Acho que essas questões caminham juntas e, por outro lado, Goiás, além de ser uma potência agropecuária e do agronegócio, é também uma potência ambiental. ■

Aposta na indústria de confecção

Implantada pela prefeitura de Ceres e pelo Senai Goiás, unidade de confecção colhe bons resultados, com ex-alunos produzindo para empresas de Goiânia

■ *Andelaide Lima,* de Ceres

Localizado na região do Vale do São Patrício, no Centro Goiano, o município de Ceres, a 164 quilômetros de Goiânia, alcançou o primeiro lugar em qualidade de vida nas duas últimas edições do ranking elaborado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás (Seplan). O bom desempenho nesse indicador é atribuído a excelência nos serviços de saúde, educação e saneamento básico, ainda segundo o mesmo ranking.

Com as vagas de emprego concentradas na área de saúde, a cidade se prepara para ampliar e diversificar suas atividades econômicas investindo no setor de confecção, que oferece inúmeras possibilidades de atuação para a população local e vive expectativa de se tornar um novo polo, como a vizinha Jaraguá.

Em 2009, a prefeitura, em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Ceres e Rialma (Acicer) e o Senai Goiás, inaugurou um núcleo de confecção, onde são realizados gratuitamente cursos de costureiro industrial, cortador de tecidos e modelagem de roupas, além de serviços de assessoria técnica e tecnológica. Também está prevista para este ano a implantação do curso de gerência da produção e de outros

Gl ria Rodrigues do Amaral, instrutora do curso de costura industrial: Muitos sabem costurar, mas n o t m o diploma e o mercado est cada vez mais exigente

na área de informática. A unidade, instalada no Centro Vocacional e Tecnológico de Ceres, foi equipada com recursos do governo federal, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia.

As atividades de educação profissional são desenvolvidas e supervisionadas pela Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna, de Goiânia, referência em qualificação de mão de obra para o segmento. Com o novo núcleo de confecção, a Fatec Ítalo Bologna amplia o atendimento em Ceres, onde já atuava com o desenvolvimento de vários cursos para o setor de vestuário.

Qualificação, emprego e renda

De olho no futuro do município, o prefeito de Ceres, Edmário de Castro Barbosa, reforça que a formação de profissionais para o segmento de confecção visa complementar a economia da cidade, contribuindo com o aumento de emprego e renda. "Queremos mostrar que o setor amplia as oportunidades de trabalho, inclusive com possibilidade de abertura do próprio negócio", ressalta.

A iniciativa tem dado bons resultados. Ano passado, 30 ex-alunos do curso de costureiro industrial começaram a produzir pelo sistema de facção para duas indústrias de Goiânia: a Teia Du Corpo e a Aloá Confecções, empresas especializadas na fabricação de roupas femininas finas. O trabalho surgiu logo após visita ao município do presidente da Associação dos Lojistas da Avenida 85 e Adjacentes – região da capital com grande concentração de indústrias de confecção –, Leonardo Silvério. Proprietário da Aloá Confecções, ele diz que não imaginava que Ceres tivesse perspectiva de crescimento no segmento por conta da proximidade com a cidade de Jaraguá, conhecida por abrigar importante polo de confecção.

"Pensei que isso seria empecilho, mas o segmento cresce muito em Goiás e a demanda por profissionais qualificados ainda é alta." O empresário conta que foi conhecer o núcleo de confecção de Ceres no início de 2010 e ficou impressionado com o potencial do município. "O desenvolvimento sociocultural da cidade favoreceu a implantação de um projeto diferenciado, com foco no conceito de moda. Não queremos apenas vender roupa, mas sim conforto e qualidade. A nossa facção em Ceres produz moda de alto nível, por isso temos boas expectativas de crescimento", diz.

Edm rio Barbosa, prefeito de Ceres: O setor de confec o amplia as oportunidades de trabalho

Solução para o desemprego

Estreante na profissão, Eunice Deodoro Lovaes integra grupo de outros 16 ex-alunos que prestam serviços para a empresa Teia Du Corpo. Ela fez os cursos de costura industrial, cortador de tecido e de modelagem. "Apesar de nunca ter trabalhado com confecção, sempre gostei de costurar. Fazia bordados em casa e quando surgiu a oportunidade de fazer os cursos, não perdi tempo. Acho que toda cidade deveria ter um núcleo de confecção do Senai para que as pessoas tivessem mais acesso à qualificação e ao emprego", sugere.

Antes de fazer o curso de costura industrial, em 2010, Regina Fernandes Mendes, estava desempregada há mais de dois anos. "As dificuldades financeiras me fizeram buscar a qualificação, mesmo sem nunca ter costurado. Fiz a coisa certa e logo surgiu o emprego na facção. Só tenho que agradecer e continuar investindo na minha nova profissão."

A facção liderada pela instrutora Maria de Lourdes Guimarães produziu também para outra confecção de Goiânia, a Morena Café. "Fizemos 300 calças para a empresa e só não continuamos porque não tínhamos pessoas suficientes para dar conta da produção das duas confecções. O mercado é promissor para quem tem qualificação", acredita.

Ione Rocha: instrutora do curso de modelagem, ela coordena fac o da Alo

A descoberta de uma profissão

Instrutora do curso de modelagem no núcleo de confecção de Ceres, Ione Rocha da Silva também coordena a facção da Aloá, que mantém 14 ex-alunos. "Dividimos o trabalho em duplas, que realizam o serviço em casa, com produção de 230 peças em 20 dias. O resultado tem sido satisfatório", diz.

Ex-aluna dos cursos de costura industrial e de modelagem, Melry de Assis Cardoso conta que buscou a qualificação por um motivo inusitado: sua mãe, que é costureira, não tinha paciência para lhe ensinar o ofício. "Nunca tinha colocado a mão em uma máquina, mas acabei descobrindo uma profissão e estou feliz por trabalhar na facção."

Com experiência de quatro anos atuando em confecções locais, Janielly Matias Borges diz que, hoje, está mais realizada profissionalmente. Ela é ex-aluna do curso de modelagem, está concluindo o de costura industrial e também trabalha na facção que presta serviços para a Aloá Confecção. "O aprendizado adquirido me deu mais confiança e vontade de crescer na minha área."

O grupo coordenado pela instrutora Ione Rocha produz ainda para uma indústria de Rialma, município que faz divisa com Ceres e são separados apenas pela ponte sobre o Rio das Almas. "Dizem que Rialma é a única cidade do Brasil fora de Ceres", brinca o instrutor da Fatec Senai Ítalo Bologna, Ferdinando Beghelli, responsável pela supervisão das atividades de educação profissional realizadas no núcleo de confecção de Ceres.

Melry de Assis Cardoso: sua m e n o tinha paci ncia para lhe ensinar o of cio de costureira

ngela Lopes: gratuidade a incentivou a investir na formação profissional

Da agropecuária à costura

Atualmente com capacidade para formar 360 pessoas por ano, o núcleo de confecção de Ceres está com turmas em andamento nos períodos matutino, vespertino e noturno. Aluna do curso de costura industrial, Ângela Aparecida Lopes destaca que a gratuidade das atividades é um incentivo importante para quem não tem condições de investir na formação profissional. "É o meu caso. Estou feliz porque vou ter uma profissão sem precisar pagar por ela."

Técnica em agropecuária, Maryanne Rodrigues atuou apenas um ano na área. Aluna do curso de modelagem, logo ela descobriu uma nova habilidade – a costura. "Tenho avó e mãe costureiras, mas eu nunca trabalhei com confecção. Fiquei desempregada e vim fazer o curso mais como passatempo mesmo. Acabou que tomei gosto pelo ofício e já fiz até a minha primeira criação".

Empolgada, ela avisa que vai investir na nova profissão e que já está inscrita nos cursos de costura industrial e de cortador de tecidos. "Minha avó me deu suas máquinas semi-industriais e com elas pretendo abrir meu próprio negócio", planeja.

Para a instrutora do curso de costura industrial, Glória Rodrigues do Amaral é gratificante ver o entusiasmo dos alunos com a qualificação. "Fico satisfeita em ver a turma comprometida, com vontade de aprender", afirma.

Do outro lado da ponte

Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ceres e Rialma (Acicer), Sônia de Fátima Marinho é proprietária da facção que presta serviços para a unidade de fabricação da Hering em Rialma, inaugurada em julho de 2010. Ela diz que precisa contratar mais pessoas para atingir a meta de produção estabelecida pela indústria. "Com 13 costureiras, produzimos 400 peças por dia, mas a meta é de 1.100 camisetas. Não falta emprego nessa área para quem busca a qualificação, por isso o projeto desenvolvido pelo núcleo de confecção é importante para a população, a maioria das pessoas que trabalha aqui é formada pelo Senai."

É o caso de Eversônia Gabriel Filho. Ex-aluna do curso de costureiro industrial, ela concluiu em fevereiro os cursos de modelagem e de cortador de tecidos. "Pretendo fazer também o curso de gerência de produção, assim que for implantado. Quero crescer na profissão que tem me garantido uma boa renda", anima-se a costureira.

S nia de F tima Marinho, da Acicer: N o falta emprego para quem busca a qualificação"

Eversônia Gabriel Filho: "Profissão tem me garantido uma boa renda

Incentivada pela irmã, que é costureira, Luciana Costa fez o curso de costureiro industrial em 2010 e logo foi contratada pela facção da Hering. "Valeu a pena aprender uma profissão que me abriu as portas para o mercado de trabalho industrial", conta Luciana, que antes da qualificação trabalhava como doméstica.

DESCONTO ESPECIAL
PARA OS 10 PRIMEIROS INSCRITOS

SÃO PAULO/SP
08/04/2011 E 09/04/2011

BELO HORIZONTE/MG
13/05/2011 E 14/05/2011

PORTO ALEGRE/RS
17/06/2011 E 18/06/2011

CMA Educacional

EDUCACIONAL@CMA.COM.BR ▪ WWW.CMAEDUCACIONAL.COM.BR (11) 3053-2700

Esporte e QUALIDADE DE VIDA

Gabriella Pereira frequenta academia do Sesi Clube Ferreira Pacheco: disposi o para enfrentar dura rotina de trabalho

Para quebrar a rotina no trabalho, recuperar a saúde e a disposição, 45% dos trabalhadores aderem à atividade física

■ *Daniela Ribeiro*

Ficar muito tempo em pé, carregar peso e operar máquinas faz parte da rotina de muitos trabalhadores da indústria. Que atividades como essas podem acarretar problemas como dores nas costas, depressão, estresse, obesidade e distúrbios no coração, com o tempo o próprio organismo se encarrega de apontar. A boa-nova é que consciência de que a atividade física é uma aliada para devolver a qualidade de vida já faz parte do dia a dia de 45% dos industriários em Goiás. É o que revela o Levantamento do Estilo de Vida e Hábitos de Lazer dos Trabalhadores das Indústrias Brasileiras, realizado pelo Sesi entre os anos de 2006 e 2008 divulgado em 2010.

Aplicada em 75 empresas de Goiás, a pesquisa constatou que o cansaço afeta 34,7% dos trabalhadores da indústria. Antídoto natural, a prática da atividade física melhora a circulação sanguínea, o que deixa o indivíduo mais disposto e capaz de lidar com problemas. Além disso, os exercícios previnem doenças ao beneficiar o sistema imunológico e contribuem para o bem-estar ao estimular a liberação de hormônios, ensina o coordenador de Esporte e Lazer do Sesi Jundiaí, em Anápolis, Airton Pereira.

Se a rotina dos industriários é desgastante, eles não podem ser sedentários. "São pessoas que têm uma produção excessiva e acabam estressados. Nada melhor que um exercício para eliminar as energias negativas", afirma Airton Pereira.

Coordenadora de Esporte e Lazer da Unidade Integrada Sesi Senai Niquelândia, no Norte do Estado, Stefania Ferreira da Silva acrescenta que a prática de atividades físicas contribui com o ambiente de trabalho. "Os trabalhadores se sentem mais motivados e se socializam melhor", diz ela sobre os industriários usuários da academia da unidade, que constituem 80% da clientela.

Para garantir benefícios para a saúde não é necessária a prática intensa de atividade física. Exercícios que consomem mais energia podem ser realizados por menos tempo e com menor frequência; ao contrário, aqueles mais leves devem ser praticados por mais tempo e/ou com maior frequência. A atividade física adequada deve ser escolhida levando-se em consideração preferência pessoal, aptidão e riscos associados à atividade. O Sesi Goiás oferece diversas modalidades em oito unidades no Estado.

Disposição para cumprir dura rotina

O despertador de Gabriella Perreira Silva, 24 anos, toca todos os dias às 5 horas. Ela se arruma, pega um ônibus no Setor Santo Hilário, em Goiânia, e vai para a Halex Istar, na BR-153, no Conjunto Caiçara. Uma hora depois, começa a desenvolver sua função de auxiliar de controle de qualidade. Passa parte do dia em pé, anda bastante para testar os produtos farmacêuticos ali fabricados. Às 14h30, seu dia de trabalho é encerrado. Mas nada de descanso. A jovem, que integra a estatística de 37,4% das mulheres trabalhadoras na indústria em Goiás que praticam atividades físicas, pega outro ônibus e vai para o Sesi Clube Antônio Ferreira Pacheco, no Setor Santa Genoveva, onde frequenta a academia por cerca de uma hora e meia, três vezes por semana.

No início, Gabriella queria perder peso com a musculação e a ergometria, mas com o tempo percebeu que a prática de atividade física contribui para que ela encare melhor a dura rotina de trabalho. "Tenho mais qualidade de vida, estou menos estressada e durmo melhor", diz a auxiliar de controle de qualidade, cujas dores que sentia nas pernas desapareceram depois dos exercícios.

A industriária cumpre com disciplina a tabela de exercícios planejados para ela. Além disso, mudou os hábitos alimentares. Já perdeu cinco quilos em dois meses. Após a série de musculação, ela pega o terceiro ônibus, para voltar para casa. "Praticar atividade física não é só importante para a estética. Tenho mais resistência, faço um monte de coisas durante o dia e ainda fico disposta. Acordo bem e tudo isso porque malho", avalia Gabriella.

Jonatas Cantu rio, da Teuto: Se a academia n o fosse aqui eu n o faria, pois n o teria tempo. Com a pr tica da atividade f sica, sinto que estou bem mais disposto

Incentivo aos colaboradores

Diante de constatação de que a necessidade de ter de sair do trabalho para praticar atividade física desanima muitos industriários, a Teuto Indústria Farmacêutica instalou uma academia dentro da unidade, situada no Distrito Agro-Industrial de Anápolis (Daia). Durante todo o dia, a preparadora física Gleiciane Lopes do Nascimento fica no local para orientar os colaboradores da fábrica, que emprega perto de 2 mil funcionários. Ela revela que muitos chegam ao local reclamando de dores e falta de força para realizar as atividades diárias. "Com o passar do tempo ficam mais fortes e sem dores."

Estagiário na Teuto, Jonatas Barros Cantuário, de 21 anos, reconhece a importância de dispor de uma academia dentro da indústria em que trabalha. "Se a academia não fosse aqui eu não faria, pois não teria tempo", admite. Sua rotina começa às 5h30, quando acorda, se arruma, pega o ônibus da Teuto e entra no trabalho às 7h30. Às 14h30 vai para a academia, onde fica até às 15h30. Pouco mais de duas horas depois, chega em casa, faz tarefas de escola e vai para a aula, na faculdade de Administração. "Com a prática da atividade física, sinto que estou bem mais disposto."

O gerente de Pessoas da Teuto, Rogério de Sousa Vidal, diz que percebe uma grande melhoria na qualidade do trabalho das pessoas que praticam atividades físicas regularmente. "São colaboradores que desenvolvem suas funções mais satisfeitos", diz.

Atividades oferecidas pelo Sesi

- Programa Adulto em Exercício
- Dança
- Futsal
- Futebol de campo
- Ginástica localizada
- Hidroginástica
- Musculação
- Natação
- Voleibol
- Basquete
- Jump
- Karatê-do
- Judô

Unidades do Sesi em Goiânia

Sesi Campinas
Avenida Geraldo Ney, nº 662, Setor Campinas – telefone: 3236-9100

Sesi Clube Ant nio Ferreira Pacheco
Avenida João Leite, nº 915, Setor Santa Genoveva
Telefone: (62) 3265-0100

Sesi Jardim Planalto
Rua Romana, Quadra 30, nº 150, Lotes 1/16 - Jardim Planalto
Telefone: (62) 3236-2300

Sesi Vila Cana
Rua Prof. Lázaro Costa, nº 236, Vila Canaã
Telefone: (62) 3236-3800

Veja mais informações das atividades oferecidas nas outras unidades do Sesi em *www.sesigo.org.br.*

QUALIFICAÇÃO faz empresas goianas crescer

Programa de Qualificação de Fornecedores avança no Estado e tem mais de quatro centenas de empresas preparadas de norte a sul

■ *Célia Oliveira,*
de Niquelândia

Como para muitas empresas, o ano de 2010 passou para a Gráfica Niquelândia, no Norte goiano. A diferença em seu cotidiano se deu por conta da adesão ao Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), gerenciado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Desde a indicação, pela Votorantim Metais, à conclusão do programa, em fevereiro de 2011, a história da empresa é mais um exemplo de como o programa pode contribuir no crescimento e aperfeiçoamento de pequenas e médias empresas de diversos ramos de atuação, que prestam serviço ou fornecem produtos ao setor industrial.

A diretoria da gráfica enumera a evolução pela qual passou a empresa nos aspectos organizacional, estruturação física, de pessoal, financeira e outros. Para a diretora comercial, Marina Batista, "o PQF foi um divisor de águas. Queríamos chegar onde estamos hoje, mas não sabíamos como. O programa nos ensinou o caminho. Agora, podemos dizer que somos realmente uma empresa", comemora.

A transformação vivida pelos dez funcionários da pequena empresa situada em Niquelândia influenciou muito os negócios. Segundo Marina, a visão de toda a equipe ampliou, a seleção de clientes é mais rigorosa, o retrabalho se reduziu e um plano de visitas foi estruturado para prospecção de clientes. "Visitamos três clientes por semana."

Outra guinada na gestão do negócio, fruto da qualificação, foi o crescimento da empresa. "Em 2010, ainda em fase de implantação do PQF, crescemos 15%, pois conseguimos resgatar clientes que haviam nos deixado", reconhece a empresária, afirmando que de agora em diante, sob orientação dos consultores do programa, pretende buscar parceiros e realizar a cada seis meses auditoria no plano de ação da gráfica. "O PQF nos faz crescer como pessoa e como empreendedor."

O programa iniciou sua história em Goiás no ano de 1999, auxiliando pequenas e médias empresas no amadurecimento de negócios e na capacidade produtiva. No universo do PQF, já são mais de 460 empresas fornecedoras qualificadas e 88 gestoras envolvidas. Os casos de sucesso do PQF também viabilizam importantes parcerias entre empresas de diferentes portes e segmentos. O fornecedor não é somente a pessoa jurídica que atende ao comprador.

"O programa nos ensinou o caminho. Agora, podemos dizer que somos realmente uma empresa"

Marina Batista, da Gráfica Niquelândia

"Agradeço ao IEL, pois sentíamos falta de ter fornecedores qualificados aqui na região"

Ricardo Koiti Akabane
Gerente Geral de Suprimentos da Votorantim Metais/SP

Alex Marques: a qualificação de IR Q F GR QFIDO S P L D expans o de seus neg cios

Choque para avançar

A Stmil Montagem Industrial, atuante na fabricação de equipamentos e montagem industrial, entrou no programa pensando mais à frente. "Ser um fornecedor qualificado é ter armas para construir um roteiro de crescimento para o negócio. Com organização, tudo ficou fácil", avalia o diretor Manoel Moura de Melo.

Segundo ele, a correção de problemas cotidianos, de inconformidades técnicas e de gestão provocou o choque que levou à adequação rápida nos negócios para atender aos clientes e trouxe condições de crescer.

Baseando-se nos registros dos controles implantados na gestão, Melo percebe nitidamente a projeção na linha de produção e, consequentemente, na comercialização. Ele conta que tem conseguido fechar mais negócios e destaca ainda aumento da apresentação de propostas comerciais à clientela. "Quando comparamos este indicador entre 2010 e 2011, encontramos um aumento de 25%. Foi muito", celebra Melo.

O empresário quer manter vivos os requisitos do PQF e, com convicção, indica o programa para outras pequenas e médias empresas.

"Somos muito honrados ao IEL e ao trabalho do PQF. Queremos ser parceiros do Sistema Fieg para promover o crescimento e sustentabilidade de Niquelândia"

-RV KD HV[GH] UHL DV
Gerente Administrativo e Financeiro da Votorantim Metais/SP

Confiança para comprar

Os ares de Niquelândia mudaram com a chegada da Votorantim Metais, mineradora que se instalou no município goiano em 1981. Cravada entre vales e montanhas, sua economia se baseia na agropecuária e na exploração do níquel, riqueza mineral abundante na localidade, que fez com que a população e as pequenas empresas vislumbrassem grandes oportunidades de trabalho. Hotéis, turismo aquecido com a formação do Lago de Serra da Mesa, lojas, oficinas e educação representam os segmentos ávidos por crescimento.

Se a mineradora instiga os negócios na cidade, seu desenvolvimento está atrelado a um parque de fornecedores eficiente. O coordenador de Suprimentos da Votorantim Metais em Niquelândia, Alex Marques de Souza, diz que a opção pela qualificação de fornecedores faz parte do pensamento da mineradora e, por isso, indicou 26 deles ao PQF. Expressando o pensamento do grupo, ele diz que a qualificação de fornecedores é essencial, sobretudo os de manutenção, área que abriga a maior demanda por serviços pela mineradora. "Com o programa temos percebido uma grande evolução por parte deles. Eles não atendem somente a -Votorantim, estão expandindo negócios", detecta Souza, afirmando que os empreendedores locais abriram as mentes para um mercado que é muito maior do que se imagina.

Com o programa, Souza admite ter havido uma aproximação da mineradora com os fornecedores que, na cadeia produtiva, são o ponto de equilíbrio no processo industrial e de atendimento ao mercado consumidor. "Queremos que nossos fornecedores tornem-se empreendedores de alto potencial comercial também para outras indústrias", acrescenta o coordenador.

A diretoria do grupo veio de São Paulo prestigiar a certificação. O gerente geral de suprimentos da Votorantim Metais, Ricardo Koiti Akabane, diz que fornecedor para o grupo é um casamento, pois, "nosso faturamento é de 35 bilhões de reais e sem fornecedor não conseguiríamos isso. Ele é peça fundamental."

O PQF em Goiás

De 1999 a 2010
460 fornecedores qualificados
88 gestoras envolvidas

Municípios atendidos
Aparecida de Goiânia
Anápolis
Goiânia
Goiatuba
Itumbiara
Luziânia
Minaçu
Niquelândia
Rio Verde

Municípios com grupos em andamento
Catalão
Goiânia
Itumbiara
Rio Verde

SINTONIA FINA com o mercado

Auditores do ICQ Brasil em canteiro de obras da Construtora Moreira Ortence, em Goi nia

Workshop realizado anualmente pelo instituto permite constante atualização de corpo técnico e assegura reconhecimento nacional

■ *Edilaine Pazini*

Com carteira de clientes espalhados por todas as regiões do País, o Instituto de Certificação Qualidade Brasil (ICQ Brasil), integrante do Sistema Fieg, busca estar sempre sintonizado com o mercado que disputa de igual para igual com grandes organismos certificadores. Para atualizar o trabalho de seus auditores de qualidade, o ICQ Brasil promoveu, no dia 18 de fevereiro, mais um workshop envolvendo toda sua equipe. O evento, na Casa da Indústria, mobilizou profissionais que atuam em todo o Brasil. Normas foram discutidas com todos os presentes por cerca de dez horas seguidas, até que um consenso se tornasse possível.

"Essa reunião é essencial para que a instituição permaneça viva", enfatiza a nova superintendente do ICQ Brasil, Tatiana Jucá, ao destacar a oportunidade de troca de experiências. A equipe administrativa passa para a equipe de campo o que mudou nas regras, o que vai mudar, o que precisa de atualização e quais os novos procedimentos, além de feedback dos clientes. Em contrapartida, os auditores passam para a equipe administrativa a percepção sobre o cliente, as dificuldades enfrentadas na auditoria e como é o cenário de pós-auditoria.

Uma via de mão dupla

Tatiana Jucá explica que a gestão do ICQ Brasil – sediada na Casa da Indústria, ao lado das demais instituições integrantes do Sistema Fieg –, tem contato direto com o Inmetro, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, organismo pelo qual o instituto é credenciado, e permanece em constante atualização em relação às normas.

"Assim, o workshop é uma via de mão dupla. A gente leva informação e recebe informação. Percebemos que, de um ano para o outro, as ações são colocadas em prática e surgem novos pontos para administrar", conta. Segundo ela, o quadro de auditores está muito disposto a interagir com a equipe e de tornar essas ações exequíveis, o que colabora para o bom desempenho do trabalho.

A superintendente acrescenta que a discussão entre a equipe sobre regras e normas é extremamente importante, pois os auditores se colocam no lugar dos auditados, seus clientes. Ou seja, durante a interpretação das normas, os profissionais pensam no que o cliente pode observar. Para Jucá, essa é a parte mais polêmica. Cada um enxerga a forma de agir de um determinado segmento. "Antes de entrar em um consenso, sabemos os prós e os contras das normas", diz ela.

Com todo reconhecimento acumulado durante os anos em que o instituto atua, o novo diretor do ICQ Brasil, Justo Oliveira D'abreu Cordeiro, também presidente do Sinduscon-GO, pretende continuar essa interação de acompanhamento e atualização dos auditores no intuito de alcançar a excelência na prestação de serviço. A superintendente Tatiana Jucá lembra que as certificações de qualidade não são necessárias apenas a empresas de grande porte. Segundo ela, as micro e pequenas são as que mais necessitam dos sistemas de gestão, para que elas não venham a morrer antes dos primeiros dois anos de vida, como acontece com mais de 50% das empresas brasileiras.

"Essa reunião é essencial para que a instituição permaneça viva"

Tatiana Jucà,
superintendente do ICQ Brasil

Oportunidade para atualização

Entre as metas do workshop, que ocorre todo ano, está a oportunidade de buscar informação nova, capacitar os auditores e saber em quê a equipe interna precisa amadurecer. "Eles trazem feedback para levarmos aos órgãos de interesse, como Inmetro, Ministério das Cidades, Ministério da Agricultura etc., que estão acima da certificadora". Tatiana observa que o ICQ Brasil é um dos poucos organismos certificadores que faz esse tipo de evento, com discussão e troca de ideias entre o quadro administrativo e de auditores e, por essa razão, está sendo reconhecido por seus parceiros e clientes. O ICQ Brasil está entre os líderes no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP-H), posição que a superintendente atribui a toda sua equipe.

Auditores trocam experiência de campo

"O workshop realizado pelo ICQ Brasil propicia troca de experiências incrível. Nós lidamos com um documento normativo que requer interpretação, e essa interpretação muitas vezes precisa de um apoio, uma análise conjunta para a gente se sentir mais seguro em campo", afirma a auditora Gláucia Gundim Dutra. Ela destaca que os auditores são questionados no momento em que estão realizando a avaliação e precisam passar segurança ao cliente durante o trabalho nas empresas. Para ela, a reunião proporciona segurança na interpretação dos requisitos normativos e rica troca de experiência.

Gláucia acrescenta que, no dia a dia, surgem situações que previamente foram mencionadas no workshop, e isso vai dar mais subsídio para a tomada de decisão do auditor. Outro motivo é que, às vezes, os profissionais vivenciam situações que acreditam ser únicas, mas que na verdade fazem parte do trabalho de todos. "Quando a gente ouve os colegas mencionando situações similares a gente se sente até mais confortável em lidar com elas", conta.

A auditora ressalta que a iniciativa do ICQ Brasil realizar este workshop anual é essencial, ao observar que, pela imprensa, pode-se acompanhar a necessidade que o Brasil tem de preparar sua mão de obra, em todos os setores. "O ICQ Brasil não está fora desse contexto, nós precisamos todo dia investir em mão de obra, capacitação de pessoas, para que o serviço prestado realmente atenda à necessidade do cliente e a gente contemple pela satisfação, que é tão importante", diz.

Já o auditor Marcelo Paiva de Souza salienta que esse trabalho que o ICQ Brasil tem feito de preparação dos auditores é um diferencial em relação aos demais os organismos de certificação. "Tenho essa experiência por não ter contato apenas com o ICQ Brasil, mas com inúmeros organismos de certificação nacionais e internacionais, observando formas de trabalho diferentes", conta. Segundo ele, o instituto possui uma preocupação muito grande em ter auditores preparados, qualificados e uma equipe coesa e que preste um bom serviço ao cliente. "Como diz nosso slogan, a ideia é fazer parceria e ajudar no desenvolvimento, e esse é um ponto forte do ICQ Brasil."

Paiva acredita que o workshop realizado pelo ICQ Brasil é vital no sentido do alinhamento do pensamento dos auditores. A norma por natureza já requer interpretação e para não gerar conflitos junto aos clientes de interpretações diferentes, esses workshops vêm para conduzir os auditores, mostrar um ponto em comum para este se apresentar, fazer as auditorias e não gerar conflitos. "Esse momento é importantíssimo para fazer a conciliação de todas interpretações. Os temas apresentados motivam os debates e apresentam as experiências de cada auditor", conta.

Gl ucia Dutra: seguran a na interpreta o de requisitos normativos

Marcelo Souza: diferencial em rela o aos demais organismos certificadores

Raio X do ICQ Brasil

Criado em dezembro de 1996 pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), o Instituto de Certificação Qualidade Brasil (ICQ Brasil) é um organismo acreditado pelo Inmetro para atuação no âmbito da certificação de produtos e de sistemas de gestão da qualidade e ambiental.

Credenciado desde 2001 para a validação de sistemas de gestão da qualidade no âmbito da construção civil (PBQP-H/SiAC), logo o ICQ Brasil consolidou-se como um dos mais importantes organismos de certificação deste segmento do País, posicionando-se entre os três maiores. O instituto atua de acordo com o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H), além de programas setoriais da construção como o Qualiop (BA), Pará Obras (PA), Qualiobra (SE), Subsetores (DF) e PBQP-H / TO.

Também certifica empresas nas áreas de responsabilidade social (NBR 16001:2005) e saúde e segurança no trabalho (OHSAS 18001:2005). Além disso, possui acreditação para auditar unidades armazenadoras em ambiente natural e é designado para avaliar a montagem das cestas de alimentos e similares.

Em menos de 15 anos de atuação, o ICQ Brasil registra, em todo o País, a certificação de mais de 2 mil organizações de diversas áreas.

Reforço para os arranjos

Programas de desenvolvimento econômico e social nas regiões mais pobres do Centro-Oeste receberão R$ 112 milhões neste ano

Marcelo Dourado e Pedro Alves: reuni o debate FCO, Sudeco e a amplia o dos recursos dispon veis para a ind stria ao longo deste ano

■ *Divina Eterna Rosa*

O secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional, Marcelo Dourado, teve agenda cheia em março, quando participou de reunião na Casa da Indústria, sede da Fieg. Na pauta do encontro com empresários e lideranças políticas, temas como a perspectiva de ampliação do orçamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a instalação da Sudeco, programas de inclusão social e erradicação da miséria. "Foi uma visita de cortesia e de enorme relevância", comentou o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira.

Para 2011, a Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), do Ministério da Integração Nacional, dispõe de R$ 112 milhões para mudar o perfil dos municípios mais pobres de Goiás, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Em Goiás, Dourado apontou como prioridade da atual gestão os Programas de Desenvolvimento Econômico de Arranjos Produtivos Locais, nos quais IEL , Senai Goiás e Sebrae são parceiros, principalmente na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF). "O programa APL é uma ferramenta muito eficaz de inclusão social e erradicação da miséria por meio do desenvolvimento da capacidade produtiva das pessoas", ressaltou o secretário.

O nordeste goiano também deverá ter atenção especial, com vistas à erradicação da miséria nos municípios que o compõe. Dourado anunciou que um diagnóstico deverá ser feito por meio de parceria entre a SCO e o governo estadual, com a finalidade de identificar os principais problemas e vocação empresarial dessa região. Obras de infraestrutura e saneamento básico também estão na pauta de investimentos.

MAIS RECURSOS

Na divisão dos recursos do FCO para este ano, num total de R$ 4,6 bilhões, Goiás receberá R$ 1,34 bilhão. Dourado afirmou que quer maior participação dos setores produtivos e da sociedade, solicitando que a Fieg prepare uma planilha de reivindicações com vistas à desburocratização e maior acesso ao fundo. "Os 20% do FCO, destinados às indústrias, são ínfimos, precisamos aumentar este percentual e também as verbas como um todo", adiantou o presidente da Fieg ao secretário.

Quanto à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Dourado afirmou que a instituição já é uma realidade, aparelhada com uma estrutura administrativa semelhante à da SCO.

Participaram da reunião o assessor especial do ministro da Integração Nacional, Ramon Flávio, o coordenador da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), José Henrique Souza, Sérgio de Castro, secretário de Programas Regionais da SCO, o presidente da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR), Wilder Coelho, o secretário executivo do FCO em Goiás, Orcino Gonçalves, o diretor regional do Senai e superintendente do Sesi Goiás, Paulo Vargas, o superintendente do IEL, Humberto de Oliveira, além de diretores da Fieg.

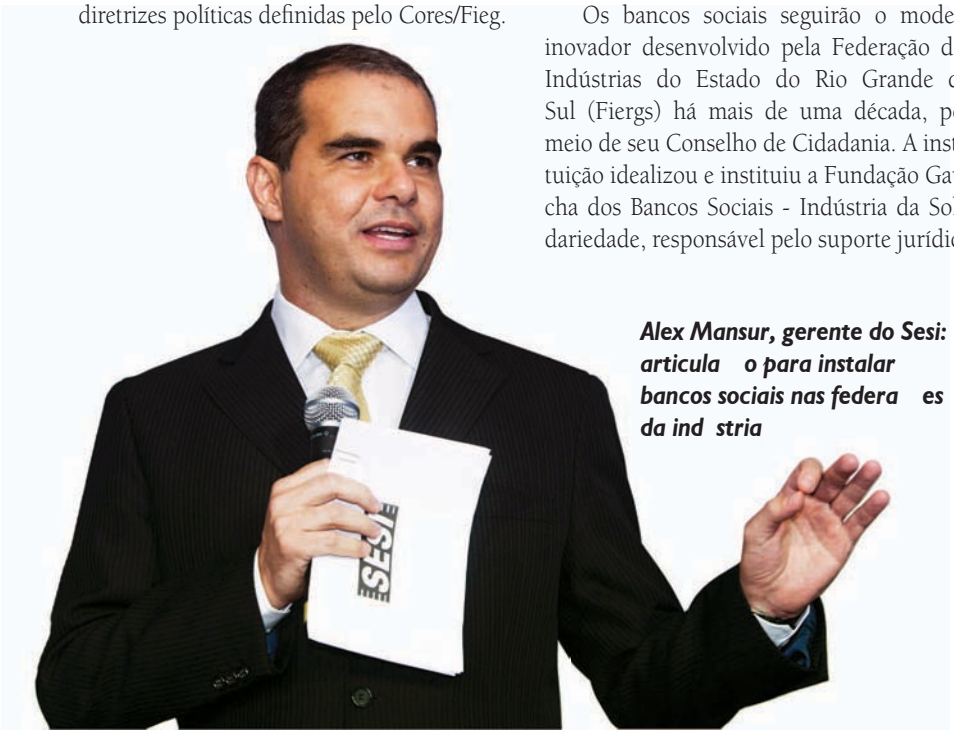
Resíduos com renda

Projeto prevê transformar desperdício em benefício social, com a instalação de "bancos" que vão distribuir rejeitos industriais a entidades do terceiro setor

O Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg (Cores), presidido pelo empresário Antônio Almeida, tem planos ambiciosos para este ano, quando pretende criar os primeiros quatro bancos sociais do Estado, envolvendo os sindicatos das áreas de construção civil, alimentação, produtos farmacêuticos e de vestuário. Sob coordenação geral do Sesi Goiás, os bancos sociais atuarão na recepção de resíduos industriais para doação a entidades do terceiro setor, que responderão por sua destinação final, seguindo diretrizes políticas definidas pelo Cores/Fieg.

Ainda ao longo deste semestre, o Conselho Temático de Responsabilidade Social da Confederação Nacional da Indústria (Cores/CNI), em parceria com o Serviço Social da Indústria, discutirá a implantação de bancos sociais em todas as federações estaduais do setor. A articulação desse processo estará a cargo do gerente executivo da Unidade de Responsabilidade Social Empresarial do Sesi Nacional, Alex Mansur, que deverá sentar-se com todas as regionais do sistema para discutir e repassar as diretrizes do projeto.

Os bancos sociais seguirão o modelo inovador desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) há mais de uma década, por meio de seu Conselho de Cidadania. A instituição idealizou e instituiu a Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais - Indústria da Solidariedade, responsável pelo suporte jurídico que facilitou a operacionalização do Projeto Bancos Sociais.



Alex Mansur, gerente do Sesi: articula o para instalar bancos sociais nas federa es da ind stria

Definido como uma metodologia de trabalho com foco na responsabilidade social, o projeto tornou mais efetivas as ações desenvolvidas nesta área pelo Sistema Fiergs e pelas indústrias associadas, com o objetivo principal de transformar o desperdício em benefício social. Resíduos e excedentes da produção são doados a comunidades carentes, propiciando uma fonte de renda a essa população. O projeto prevê ainda a realização de cursos de capacitação e treinamento de pessoal para o terceiro setor, beneficiado com a adoção de técnicas de gestão empresarial.

O projeto gaúcho, por sua vez, tomou como base a experiência bem-sucedida do Banco de Alimentos, da própria Fiergs, que recolhe e distribui alimentos a famílias de baixa renda desde 2000. O uso de um banco de dados permitiu à instituição estruturar um plano de ação orientado com base nas demandas identificadas naquelas comunidades. Um complexo formado por oito depósitos com área de 5,6 mil metros quadrados, instalado na capital gaúcha, reúne os bancos de Alimentos, Projetos Comunitários, Voluntários, Vestuário, Mobiliário, Medicamentos, Resíduos, Órgãos e Transplantes, Tecido Humano, Refeições Coletivas, Computadores, Materiais de Construção e de Livros, além de um banco de dados. Em Goiás, a ideia inicial é utilizar galpões dentro das unidades do Sesi para abrigar os diversos bancos previstos.

Indústria GOIÁS 2020 Rumo ao futuro

OS PRIMEIROS PROJETOS

Equipe técnica da Fieg realiza levantamentos detalhados da economia e das principais cadeias produtivas do Estado e busca parcerias para acelerar esse trabalho

O Mapa Estratégico da Indústria Goiana, peça central do projeto Goiás 2020 – Indústria Rumo ao Futuro, começa a ganhar contornos definitivos com a formatação de três planos iniciais. A previsão da equipe técnica da Fieg encarregada do assunto é de que deverão estar concluídos entre junho e o final do segundo semestre. O Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) também deverá participar do processo, realizando pesquisas de apoio aos trabalhos já iniciados.

O projeto de mapeamento das principais cadeias produtivas do Estado, com destaque especial para o agronegócio, é o que está em fase mais adiantada. O levantamento das demais cadeias deverá ser realizado em parceria com o Sebrae Goiás. O trabalho realizará um pré-diagnóstico de cada segmento, identificando elos faltantes, demandas, gargalos, potencialidades e principais produtos explorados no Estado.

A equipe técnica da Fieg já adiantou conversas com um consultor externo, com o Sebrae e também com a Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Há a possibilidade de fechar parceria com a instituição, que poderá fornecer suporte técnico e recursos humanos. Além do diagnóstico em si, o projeto deverá propor mecanismos de fomento e de desenvolvimento de cadeias produtivas.

A economia, setor por setor

Sob encomenda da direção da Fieg, a equipe técnica responsável pelo Mapa Estratégico também já começou a trabalhar num diagnóstico da economia goiana por segmento de atuação dos 35 sindicatos associados à federação. A proposta é praticamente a mesma: traçar um diagnóstico de cada setor, com perfil socioeconômico, identificação de gargalos, carências e oportunidades, assim como indicação das políticas públicas e benefícios oferecidos pelo governo. No momento, técnicos fazem levantamento de demandas, número de empresas e de empregos, a infraestrutura disponível e a arrecadação de ICMS por setor, entre outros aspectos. Mais adiante, esse projeto deverá se articular com as ações do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), que prevê o fortalecimento dos sindicatos do setor.

Inicialmente, a conclusão dos levantamentos necessários estava prevista para junho, mas há possibilidade de se concluir todo o projeto até o final do ano.

Numa terceira linha de trabalho, os técnicos preparam um diagnóstico dos polos industriais do Estado. Para facilitar a realização dessa tarefa, está em fase de negociação uma parceria com a Companhia de Distritos Industriais de Goiás (Goiasindustrial), responsável pela gestão dos polos no âmbito do governo estadual.

Metas ousadas

O Mapa Estratégico da Indústria Goiana contempla 11 temas e 27 objetivos estratégicos, incluindo ainda 44 propostas de políticas e iniciativas em favor do crescimento industrial, além de 57 indicadores com metas para o período entre 2010 e 2020. A proposta é transformar o Estado num polo industrial relevante, social e economicamente, quase dobrando a participação de Goiás no Produto Interno Bruto (PIB) industrial brasileiro, saindo de 2,44% em 2009 para 4% até 2020.

A CORRIDA PELA **QUALIFICAÇÃO**

Desafiada pela retomada do crescimento, a economia goiana vai demandar, até 2014, mais 55,5 mil trabalhadores capacitados por ano

■ *Lauro Veiga Filho*

Vencida a crise de 2008/2009, a retomada da atividade econômica trouxe de volta ao centro do debate o tema da qualificação da mão de obra, numa conjuntura de aquecimento do mercado de trabalho, com forte avanço do emprego e dos salários. A indústria tem pressa e reclama soluções para a escassez aparente de empregados capacitados. As projeções mais recentes parecem justificar seus temores.

Tomando dados do Mapa do Trabalho Industrial, a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento do Senai Goiás prevê a necessidade de capacitar 55,51 mil pessoas por ano, em média, entre 2009 e 2014, para atender à demanda do setor industrial. Será preciso colocar no mercado, nos seis anos considerados no estudo de prospecção do Senai, pouco mais de 333 mil profissionais capacitados, o correspondente a 27,5% do total de empregados formais registrados pelo Estado em 2009 – pouco mais de 55% dessa demanda está concentrada no setor industrial.

As indústrias de alimentos e bebidas e a construção civil responderão por 30% dessa demanda, exigindo a qualificação, pela ordem, de 9,07 mil e 7,58 mil profissionais por ano. O terceiro lugar nesse ranking é ocupado pelo setor de reparação de veículos e motos e comércio varejista de combustível, com exigência de praticamente 2,19 mil pessoas capacitadas.

Nos últimos três anos, o Senai Goiás registrou 295,515 mil matrículas, distribuídas entre formação inicial e continuada (267,147 mil), modalidade que contempla cursos de curta e média duração, além de cursos de aperfeiçoamento profissional, educação profissional técnica de nível médio (23,556 mil) e educação superior para graduação tecnológica e pós-graduação (4,812 mil). Apenas no ano passado, em comparação com 2008, o total de matrículas nos cursos da entidade cresceu quase 48% em relação a 2008, avançando de 76,880 mil para 113,516 mil.

Mais instruído, trabalhador pressiona o mercado

O estoque de trabalhadores na indústria goiana quase dobrou entre 2000 e 2009, segundo dados mais recentes da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), trabalhados pela Superintendência de Pesquisa e Informação (Sepin) da Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás (Segplan). O total de empregados no setor aumentou 90,5% no período, saindo de 141,53 mil para 269,59 mil, com abertura de 128,06 mil novas colocações.

O mercado formal registrou aumento de 82,1% ao saltar de 663,90 mil para 1,209 milhão de empregos, representando mais 545,41 mil admissões. A boa notícia foi que sete em cada dez vagas criadas entre 2000 e 2009 foram ocupadas por trabalhadores com ensino médio completo ou por pessoas com diploma de nível superior ou ainda cursando a universidade. A participação desse grupo de empregados no total de pessoas ocupadas no setor formal avançou de 30,96% em 2000 para 50,61%.

Na indústria, a fatia dos trabalhadores com ensino médio completo e/ou com formação superior avançou de 32% em 2005 para 40% em 2009, conforme o Senai Goiás. Esse contingente de industriários respondeu pela ocupação de 60,9% das 78,613 mil vagas abertas pela indústria no período, refletindo a exigência crescente do mercado por qualificação.

Como contrapartida, o rendimento médio pago em Goiás foi elevado de R$ 524,44 para R$ 1.206,08, acumulando avanço de 130% entre 2000 e 2009, com ganho real, descontada a inflação, de 21%. Nas indústrias de extração mineral, de transformação e na construção civil, os rendimentos aumentaram, pela ordem, 162,3% (com ganho real de 38,1%), 160,4% (mais 37,1% em termos reais) e 130,5% (21,3% descontada a inflação).

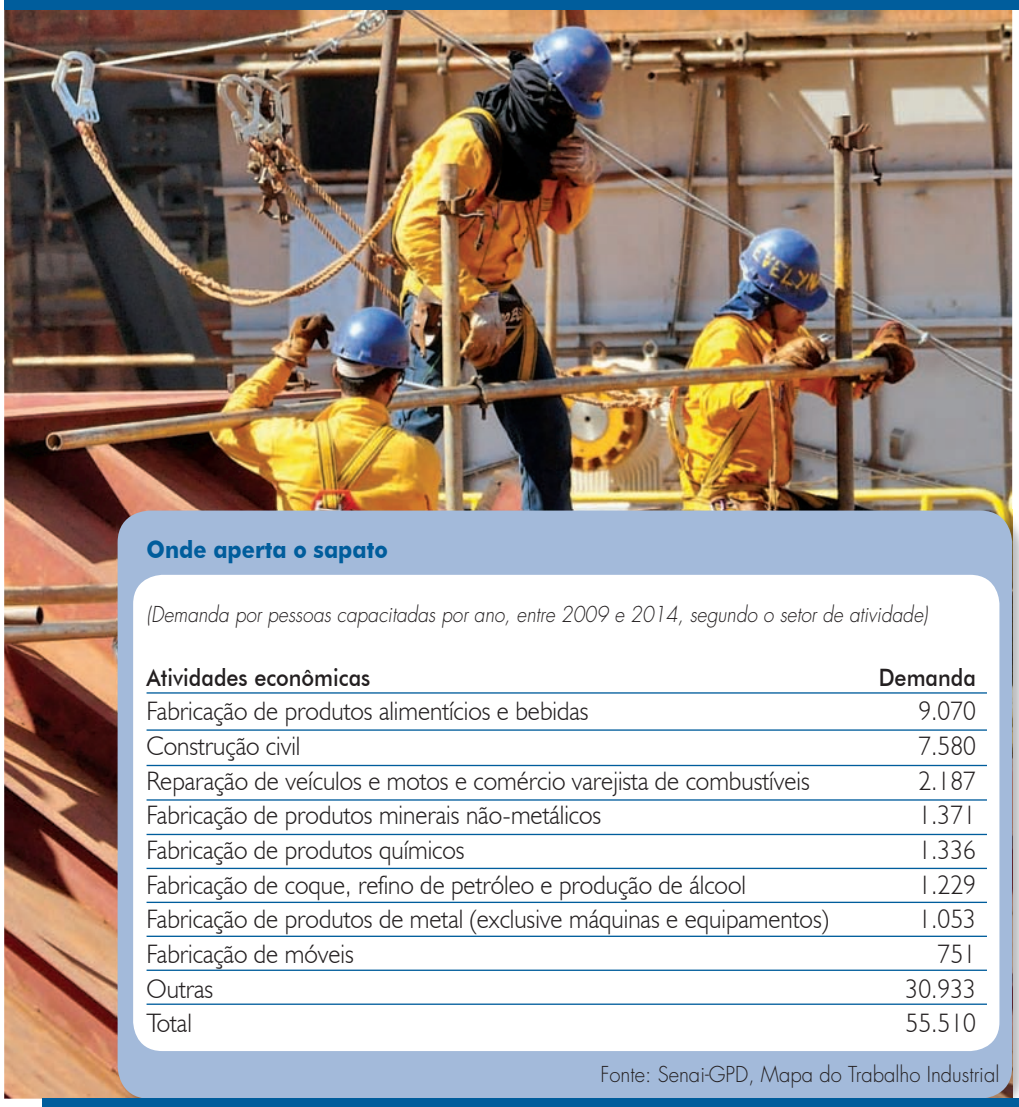
A prioridade, em todas as áreas

O Brasil reencontrou o caminho do crescimento e a questão da qualificação da mão de obra não deve ser olhada de forma ligeira. "Indústrias, entidades do setor e governo devem dar prioridade ao tema. Só com os recursos de que o Senai dispõe não será possível enfrentar esse desafio", analisa Welington Silva Vieira, coordenador técnico da Fieg. "Simplesmente, falta gente para trabalhar."

No ano passado, relembra ele, a indústria admitiu mais 31 mil pessoas e, no pico das contratações, em setembro, chegou a registrar mais de 50 mil funcionários novos. Esse ritmo de crescimento impõe ao setor um "desafio enorme", declara Vieira, porque a formação profissional demanda tempo. Essa corrida pela qualificação deverá ser articulada entre os diversos atores, que devem atuar de forma coordenada para que não se perca o foco ao longo do caminho.

Para isso, programas sociais de combate à miséria e à pobreza e de proteção ao desempregado deverão estar "amarrados a políticas de qualificação profissional e, ainda, estabelecer prazos fixos para fruição dos benefícios", de acordo com metas bem desenhadas.

Ele concorda que já houve avanços na área da educação, mas argumenta que a melhora na formação do brasileiro, de uma forma geral, como demonstra a elevação do nível de instrução da população economicamente ativa, não ocorre na velocidade necessária. "A qualidade da escola básica ainda deixa a desejar", comenta.



Onde aperta o sapato

(Demanda por pessoas capacitadas por ano, entre 2009 e 2014, segundo o setor de atividade)

Atividades econômicas	Demanda
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	9.070
Construção civil	7.580
Reparação de veículos e motos e comércio varejista de combustíveis	2.187
Fabricação de produtos minerais não-metálicos	1.371
Fabricação de produtos químicos	1.336
Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool	1.229
Fabricação de produtos de metal (exclusive máquinas e equipamentos)	1.053
Fabricação de móveis	751
Outras	30.933
Total	55.510

Fonte: Senai-GPD, Mapa do Trabalho Industrial

Há gargalos. E gargalos

Os números oficiais mostram que apenas 38% dos engenheiros no País atuavam em sua área de formação até 2009, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) trabalhados pela equipe de pesquisadores do Ipea. "A maioria exercia funções como economista, contador, professor universitário, servidor público", esclarece Paulo Augusto Meyer Nascimento, do Ipea.

Os cenários analisados pelo instituto, detalhados no boletim Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, publicado em março, projetam a formação de 1,5 milhão a 1,8 milhão de engenheiros em 2020. Numa previsão mais otimista, que leva em conta um crescimento anual de 6% ao ano para o Produto Interno Bruto (PIB), o mercado demandaria 65% a 68% dos engenheiros. "Esse cenário preocupa, mas há outros gargalos mais graves para a economia. Antes de faltar mão de obra qualificada, na área das engenharias, pode ser que faltem estradas, insumos industriais, matérias-primas", provoca Nascimento.

Ruim, mas melhor que antes

Historicamente, afirma Paulo Augusto Meyer Nascimento, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o ensino básico continua de baixa qualidade, mas a distância que separa o Brasil de outros países tem se encurtado, como demonstram os resultados mais recentes do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), realizado a cada três anos. Considerando-se os mesmos países que participaram das edições do Pisa de 2000 e 2009, o Brasil continuou em último lugar, mas a nota média alcançada pelos alunos examinados aumentou 32,7% – a segunda maior variação, atrás apenas do salto de 38,3% anotado por Luxemburgo, mostra recente trabalho do Ipea.

Segundo artigo dos economistas Fernando de Holanda Barbosa Filho e Samuel Pessôa, incluído no livro 2022: Propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário, o País conseguiu colocar na escola 95% das crianças com 5 a 14 anos, mas a qualidade do ensino ainda é uma preocupação. Aferido em termos de paridade do poder de compra, o gasto médio do Brasil por aluno do ensino fundamental, em 2007, era de US$ 2.080, frente a US$ 8.2126 na média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na pré-escola e no ensino médio, as distâncias eram ainda maiores, com o Brasil despendendo, respectivamente, US$ 1.599 e US$ 1.427 diante de US$ 5.447 e US$ 8.746 nos países da OCDE.

"Antes de faltar mão de obra qualificada, na área das engenharias, pode ser que faltem estradas, insumos industriais, matérias-primas"

Paulo Augusto Meyer Nascimento, pesquisador do Ipea

Pessimismo no setor mecânico

O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo), Orizomar Araújo Siqueira, que também comanda o Conselho Temático de Relações do Trabalho da Fieg, é direto em sua avaliação. "O cenário é o pior possível", reclama, ao avaliar a oferta de mão de obra qualificada no mercado goiano. "O Senai e o Senac têm tido dificuldade para fechar turmas homogêneas (para cursos de formação e capacitação) devido à baixa qualificação do pessoal disponível", acrescenta.

Instituições privadas, setor público e empresas vêm buscando construir alternativas que permitam acelerar esse processo e amenizar as carências nesse mercado, descreve Siqueira, que não visualiza soluções no curto prazo. "A falta de qualificação é hoje um gargalo, um constrangimento ao crescimento do setor, afetando empresas de todos os portes", declara ele.

Siqueira afirma que empresas têm procurado o Simelgo e este, por sua vez, em parceria com sindicatos de trabalhadores no segmento, tem recorrido ao Senai para o desenvolvimento de cursos para qualificar empregados dentro das próprias indústrias. No ano passado, lembra, foram formados 65 profissionais nas áreas de solda, corte e dobra de chapas. Ele identifica uma demanda mais intensa atualmente por torneiros mecânicos e operadores de tornos com comando numérico computadorizado (CNC) nas regiões de Anápolis, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Catalão, principalmente.

Numa visão de prazo mais longo, Siqueira observa que "o Ministério do Trabalho, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as federações estaduais do setor, por meio do Sesi e do Senai, estão pensando em maneiras de preparar esse trabalhador para que possa participar dos cursos de qualificação". O presidente do Simelgo avalia que os programas sociais e o seguro desemprego deveriam tornar obrigatória a matrícula das pessoas beneficiadas em cursos profissionalizantes. "Temos de criar essa cultura da tecnificação de nossa mão de obra", sustenta ele.

"Temos de criar essa cultura da tecnificação de nossa mão de obra"

Orizomar Ara jo Siqueira, presidente do Simelgo

Investimentos aquecem mercado

Os investimentos já em curso ou apenas anunciados pela MMC Automotores do Brasil (Mitsubishi), John Deere e, possivelmente, também da SVB Veículos, representante da Suzuki japonesa no Brasil e que já opera uma planta de nacionalização de veículos da marca em Catalão, com 70 empregados, contribuem para aumentar a temperatura no já aquecido mercado de trabalho na região.

"Apenas a nova linha de pulverizadores da John Deere, que entra em operação até o fim deste ano, vai exigir a contratação de 200 novos empregados", prevê Carlos Albino de Rezende Júnior, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Catalão (Simecat) e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM).

Rezende Júnior afirma que a principal demanda na região é por soldadores, caldeireiros industriais, mecânicos e profissionais no ramo de engenharia. "O Senai abriu cursos de qualificação até nos finais de semana e não consegue atender à procura", observa ele. Antes mesmo de iniciar a produção de pulverizadores, a John Deere ampliou o total de funcionários de 450 para 800 desde o

Mais 6,7 mil empregos

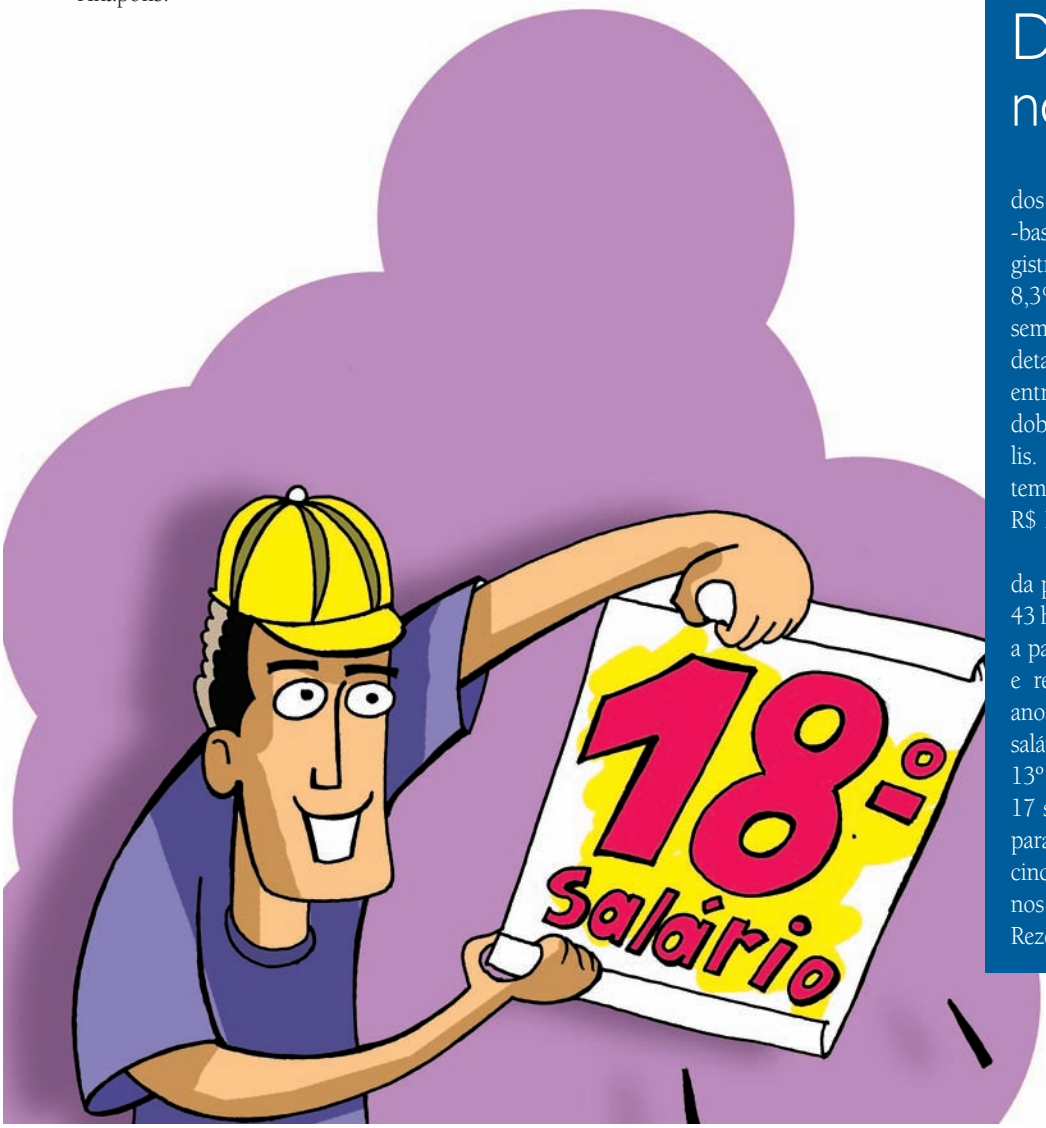
Em conjunto, as indústrias metalúrgica, mecânica e de material elétrico aumentaram em 67% o total de pessoas empregadas entre 2005 e agosto do ano passado, passando de 10.043 para 16.809 funcionários – mais 6.766 contratações. Analisado isoladamente, o crescimento foi explosivo no setor mecânico, com salto de 254% no período (de 1.335 para 4.722 empregados). Na indústria de material de transporte, o salto foi de 128%, para 5.864 empregos.

Segundo projeções da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento do Senai Goiás, com base em dados do Mapa do Trabalho Industrial, o segmento de fabricação de produtos de metal, excluída a indústria de máquinas e equipamentos, demandará a capacitação de 1.053 pessoas por ano, em média, entre 2009 e 2014, num total de 6.318 trabalhadores.

início do ano passado. Na Mitsubishi, ainda de acordo com Rezende Júnior, o número de empregados cresceu praticamente 67% em quatro anos, saindo de 2,1 mil para 3,5 mil trabalhadores.

O anúncio de investimentos da ordem de R$ 1,0 bilhão para a duplicação da capacidade instalada da MMC, controlada pelo grupo Souza Ramos, dono igualmente da SVB Veículos, traz ânimo e preocupação ao sindicato. A questão é como qualificar todo esse pessoal, relembra Rezende Júnior. "O sindicato está buscando parcerias com as empresas, com o Senai e com as mais variadas entidades em busca de soluções", diz ele. Segundo o presidente do Simecat, a CNTM já elaborou e protocolou no Ministério do Trabalho e Emprego um projeto que prevê investimentos de R$ 1,0 milhão destinados a cursos de qualificação específicos para o setor automotivo previstos para Catalão e Anápolis.

Carlos Albino, do Simecat: apenas a nova linha de pulverizadores da John Deere exigir mais 200 contrata es



De olho no 18º salário

Com o mercado aquecido, os salários dos metalúrgicos de Catalão, que têm data-base em novembro, reagiram à altura, registrando aumentos de 10,26% em 2008, 8,3% em 2009 e de 10,1% no ano passado, sempre acima da inflação oficial. Em média, detalha Rezende Júnior, um soldador recebe entre R$ 1,2 mil e R$ 1,3 mil na região, o dobro do vencimento apurado em Anápolis. O mesmo vale para um montador, que tem remuneração média entre R$ 1,1 mil e R$ 1,2 mil.

O sindicato acertou a redução da jornada para 42 horas semanais na MMC e para 43 horas na John Deere e conseguiu ampliar a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas. "Nos últimos anos, conquistamos uma média de quatro salários nominais, ou seja, contando com o 13º salário, o trabalhador chega a receber 17 salários durante o ano. A nossa meta já para esse ano é garantir algo em torno de cinco salários adicionais, entre participação nos lucros e resultados e prêmios", antecipa Rezende Júnior.

RQ RFLLQRDQG PS JDGRQR RTD GRE DP PDG FDGD

Déficit de 3 mil vagas

O mercado formal de trabalho na indústria goiana da construção civil começou a decolar de fato a partir de 2007, ano em que o total de empregados no setor experimentou avanço de 22,7% em relação a 2006, depois de quase meia década de estagnação virtual. Entre 2000 e 2009, de acordo com dados da Rais, preparados pela Superintendência de Pesquisa e Informação (Sepin) da Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás (Segplan), o estoque de empregados no setor aumentou 94%, para 64.895 postos de trabalho formais. Foram abertas, no período, 31.384 vagas.

Num diagnóstico preparado pela Gerência de Planejamento e Desenvolvimento do Senai Goiás, a construção é o setor da indústria que mais acomoda trabalhadores com baixa instrução. Até 2009, pouco mais de 46% dos empregados nos canteiros de obras eram analfabetos (1,4% do total) ou não tinham concluído o ensino fundamental (44,6%), relação que superava a média registrada pela indústria como um todo. Somadas, as indústrias de transformação, de extração mineral e da construção registravam 29,4% dos empregados nessas mesmas condições.

Segundo ainda o estudo do Senai, a construção terá de capacitar, por ano, em média o equivalente a 11,7% de seu estoque de trabalhadores, tomando 2009 como base, o que significa treinar e qualificar 7.580 pessoas anualmente entre 2009 e 2014. Em seis anos, a demanda por capacitação corresponderia a 45.480, ao redor de 70% do número total de empregados no setor até 2009.

Um desafio e tanto, reconhece o empresário Justo Oliveira d'Abreu Cordeiro, presidente do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO). "As empresas têm travado uma verdadeira guerra para conseguir contratar funcionários qualificados. Algumas construtoras estão importando pessoal de outros Estados, como o Maranhão, por exemplo, mas não acredito que esta seja a solução", afirma Cordeiro.

Para ele, a qualificação de pessoal do Estado é a alternativa mais indicada, porque permitirá estabelecer as bases para uma oferta sustentada de trabalhadores qualificados.

"Estamos fazendo esse trabalho, em parceria com o Senai Goiás, nos canteiros de obra ou nas instalações da instituição", diz o presidente do Sinduscon-GO. Será preciso avançar um pouco mais, porque Cordeiro antecipa uma fase de crescimento para o setor pelos próximos 10 a 15 anos. "A construção será a bola da vez nessa próxima década ou década e meia", reforça.

Em sua avaliação, ainda prevalece certo preconceito contra o trabalho na construção civil, o que estaria contribuindo para afugentar pessoas de melhor qualificação. Cordeiro afirma a construção tem operado grandes mudanças nos últimos anos, tanto em relação às condições de trabalho, quanto à remuneração média. "A indústria oferece refeições com orientação de nutricionistas, com intervalo para descanso após o almoço, sanitários adequados e até programas de educação para os empregados", comenta.

Passada a temporada das chuvas, a retomada das obras torna a disputa por mão de obra mais intensa nos setores de construção civil e pesada. Cordeiro estima perto de 300 canteiros de obras de grande porte no Estado, com aproximadamente 30 mil empregados. "Com falta de mão de obra treinada, as empresas acabam aceitando pessoal sem formação, o que obriga sua qualificação no canteiro, atrasando a obra", relata. Em seus cálculos, o déficit de mão de obra qualificada na construção atingiria perto de 3 mil vagas.

Rendimento nominal cresce mais de 130% na década

O cenário de reduzida oferta e grande procura por pessoal qualificado tem se refletido nos salários médios pagos pelo setor da construção. Os números da Rais, preparados pela Sepin, apontam salto nominal de 130,5% no rendimento médio na construção civil entre 2000 e 2009, o que representou ganho real, descontada a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 21,35% no período. O salário médio subiu de R$ 474,22 para R$ 1.093,17.

O ganho varia conforme a ocupação, afirma Justo Cordeiro, do Sinduscon-GO. Hoje, um servente de bom nível recebe R$ 800 mensais, enquanto um pedreiro consegue rendimento de R$ 1,4 mil. Onde a oferta é mais escassa, caso de carpinteiros, os salários podem atingir R$ 2,5 mil, mesma faixa alcançada por armadores de ferro e pedreiros de acabamento. Para mestres de obra, o salário chega a R$ 4 mil, variando entre R$ 7 mil a R$ 8 mil no caso de engenheiros.

Mas Cordeiro não acredita que a escassez relativa de mão de obra qualificada possa significar gargalo crítico, a ponto de interferir na tendência de crescimento do setor. "As deficiências de nossa infraestrutura são um gargalo crítico. Para enfrentar esse problema, acredito que as parcerias público-privadas seriam uma solução", defende.

Revolução no setor gráfico

A indústria gráfica operou pequena revolução nos últimos cinco anos, praticamente quadruplicando seu parque de máquinas, segundo o presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás, Antônio de Sousa Almeida, motivada pela isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação de máquinas novas e usadas, sem similar nacional, concedida há cinco anos. A medida permitiu que o setor colocasse em marcha processo de modernização baseado na incorporação de máquinas de última geração, com aumento da capacidade de produção e da produtividade e consequente redução da necessidade de contratações.

Almeida ressalva que não ocorreram demissões, já que o número de empregados continuou crescendo. "As máquinas trouxeram tecnologia e também contratações, já que a indústria precisou de novos funcionários, mais treinados, para operar as impressoras mais modernas. Mas a modernização reduziu o número de funcionários por máquina", esclarece.

Desde 2005, Almeida calcula que mais de 100 impressoras off-set a quatro cores foram instaladas no Estado, a um custo médio superior a R$ 1,0 milhão por equipamento. O "pacote" importado incluiu, ainda, modernas gravadoras com tecnologia CtP (Computer to Plate), que dispensam o uso de fotolitos no processo de impressão. "Neste momento, temos informação de que mais seis gráficas estão se instalando na região do Entorno do Distrito Federal", completa ele.

As empresas tiveram de reciclar seus funcionários e capacitar novos, mas não parecem ter enfrentado maiores dificuldades nesta área. "Não houve uma deficiência tão grande de mão de obra qualificada, até porque os investimentos foram centralizados na modernização do parque. Esse déficit, que chegou a existir de fato, hoje já é bem menor", afirma Almeida. Segundo ele, o setor demonstra tranquilidade em relação à qualificação, entre outros motivos, explica o presidente do Sigego, "porque o Senai Goiás tem toda a tecnologia para formar pessoal".

Entre 2005 e 2009, dado mais recente disponível, foram instaladas no Estado 156 indústrias do setor de papel, papelão, editorial e gráfica, com o total subindo de 591 para 747 estabelecimentos. O número de empregados no setor cresceu em torno de 20% desde dezembro de 2005 a agosto de 2010, saindo de 6.508 para 7.796, conforme levantamento do Senai Goiás com base em dados da Rais. Perto de 47% dos trabalhadores no setor tinham ensino médio completo até 2009, enquanto um terço deles tinha concluído o fundamental e menos de 8% apresentavam diploma de curso superior.

Importação em disparada

Por menor que seja o desencontro entre oferta e demanda por mão de obra qualificada, isso refletiu-se na remuneração oferecida pelas gráficas. Os salários pagos a impressores que operam máquinas a quatro cores pulou de R$ 1,2 mil a R$ 1,7 mil para R$ 2,0 mil a R$ 2,7 mil, de acordo com Antônio Almeida, presidente do Sigego. O aumento de custos trabalhistas, prossegue ele, foi praticamente absorvido pelo incremento na produtividade, assegurado pela instalação de impressoras com maior tecnologia embarcada.

Entre 2005 e o ano passado, o Estado importou US$ 23,012 milhões em máquinas para impressão, peças e partes para o setor gráfico. Os valores importados experimentaram forte crescimento a partir daquele ano, saindo de apenas US$ 969,90 mil em 2004 para US$ 7,100 milhões em 2010, num avanço de 632%.

Modernização importada

(Compras externas de máquinas para impressão, peças, partes e componentes para a indústria de papel, papelão, editorial e gráfica)

Período	Importação (US$ mil)
2004	969,90
2005	1.130,43
2006	5.160,62
2007	3.454,43
2008	3.571,41
2009	2.595,07
2010	7.100,37

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Comércio Exterior/Aliceweb

Formação para desempregados

A indústria de móveis espera crescer entre 15% a 20% neste ano, mantendo a tendência observada em 2010, quando registrou avanço superior à média do setor no País, prevê Manoel Paulino Barbosa, presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis). "A demanda por mão de obra continuará elevada, exigindo esforço adicional do setor para qualificar seu pessoal", prevê.

Barbosa acredita que haveria espaço para crescimento ainda mais vigoroso se o processo de capacitação da mão de obra fosse incrementado. "Grande parte da formação técnica do pessoal é realizada dentro das empresas. Temos parceria com a Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna há mais de cinco anos, na área de formação de marceneiros", acrescenta Barbosa, referindo-se especificamente a sua empresa, a Movelaria Atrium. A empresa emprega 40 pessoas atualmente, mas planeja ampliar seus quadros em 15% neste ano, de forma a atender a um incremento de 20% esperado para as vendas.

Na área do Sindmóveis, Barbosa afirma que têm sido desenvolvidos programas anuais na área de qualificação de pessoal, em parceria com o Senai Goiás e Sebrae Goiás. "São cursos para formação específica e capacitação do quadro contratado. Precisaríamos ter algum projeto voltado para desempregados que têm interesse em retornar ao mercado de trabalho", argumenta.

> ""Grande parte da formação técnica do pessoal é realizada dentro das empresas""
>
> **Manoel Paulino Barbosa** HV

Barbosa defende atenção maior a cursos secundários de formação técnica, para suprir falhas no sistema formal de educação, que tornam mais complicada, em sua visão, a qualificação da mão de obra disponível. Ele sugere que o Senai Goiás poderia ampliar sua atuação na área de ensino profissionalizante de nível médio. Segundo ele, "o instituto oferece cursos muito básicos, atendendo mais a artesãos e pessoas interessadas em realizar serviços em casa".

De acordo com dados do Mapa do Trabalho Industrial, a demanda por cursos de educação profissional no setor de fabricação de móveis, no período entre 2009 e 2014, está estimada em 751 profissionais por ano, atingindo 4.506 pessoas no período. Esse número corresponde a pouco mais da metade dos 8,3 mil empregados no setor no Estado até agosto do ano passado. Até 2009, conforme dados da Rais, estavam registradas no Estado um total de 711 indústrias de móveis.

"Há vagas nos cursos do Senai Goiás, mas faltam alunos"

Aurelino Ant nio dos Santos, do Simplago

Falta pessoal nos cursos de capacitação

O Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago), em parceria com o Senai Goiás, tem realizado campanhas para atrair pessoal interessado em participar de cursos de qualificação, envolvendo ações junto a associados e a distribuição de folders em escolas na periferia da Região Metropolitana de Goiânia. "Há vagas nos cursos de qualificação realizados pelo Senai Goiás e pela Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna, mas faltam alunos", diagnostica o presidente do Simplago, Aurelino Antônio dos Santos.

Incluindo os segmentos de sacolas plásticas flexíveis, filmes e injeção, o setor abriga 220 empresas em todo o Estado, de acordo com o Simplago, empregando entre 9 mil e 10 mil pessoas. "A indústria retomou as contrações em março e espera ampliar seu quadro em pelo menos 10% neste ano", avalia Santos. A maior demanda também tem se refletido sobre os salários pagos pelo setor, que têm superado a inflação nos últimos acordos firmados com os trabalhadores.

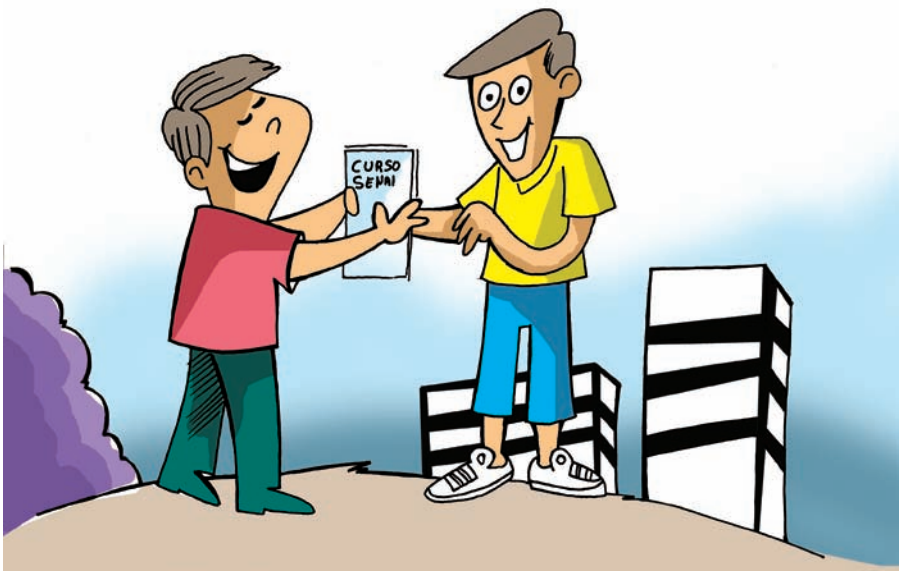
Santos estima que seria necessário promover a qualificação de 100 pessoas por ano, em média, para repor a rotatividade normal nesta área. "A capacitação exige dedicação e tempo. Não se forma um trabalhador em menos de seis meses e esse trabalho acaba ocorrendo dentro das fábricas", observa ele.

Desempenho do emprego em Goiás

(Estoque de empregados no mercado formal)

Setor	2000	2009	Variação (%)
Indústria	108.019	204.695	+89,5
Construção civil	33.511	64.895	+93,6
Comércio	117.387	224.931	+91,6
Serviços	361.625	637.942	+76,4
Agropecuária	43.356	76.847	+77,3
Total	**663.902**	**1.209.310**	**+82,1**

Fonte: Rais/MTE
Elaboração: Segplan-GO/Sepin



Mão de obra mais instruída

(Número de empregos formais, segundo grau de instrução)

Grau de instrução	2000	Participação (%)	2009	Participação (%)	Variação (%)
Analfabeto	14.544	2,19	7.548	0,62	-48,1
Até 5º ano incompleto	54.684	8,24	58.503	4,84	+7,0
5º ano completo	79.911	12,04	78.942	6,53	-1,2
Do 6º ao 9º ano incompleto	111.037	16,72	132.370	10,94	+19,2
Ensino fundamental completo	101.015	15,21	154.156	12,75	+52,6
Ensino médio incompleto	97.137	14,63	162.953	13,47	+67,8
Ensino médio completo	131.119	19,75	398.007	32,91	+203,6
Educação superior incompleta	17.608	2,65	47.813	3,95	+171,5
Educação superior completa	56.847	8,56	166.296	13,75	+192,5
Mestrado completo*	-	-	1.996	0,16	-
Doutorado completo*	-	-	528	0,06	-
Total	**663.902**	**100**	**1.209.310**	**100**	**+82,1**

(*) Dados disponíveis a partir de 2006
Fonte: Rais/MTE
Elaboração: Segplan-GO/Sepin

A situação na indústria

(Perfil dos trabalhadores no setor industrial, segundo o grau de instrução)

Grau de instrução	2005	Participação (%)	2009	Participação (%)
Analfabetos	1.910	1,0	2.306	0,85
Fundamental incompleto	64.002	33,5	77.042	28,6
Fundamental completo	63.051	33,0	80.350	29,8
Médio completo	54.233	28,4	95.358	35,4
Superior completo ou mais	7.781	4,1	14.534	5,4
Total	**190.977**	**100**	**269.590**	**100**

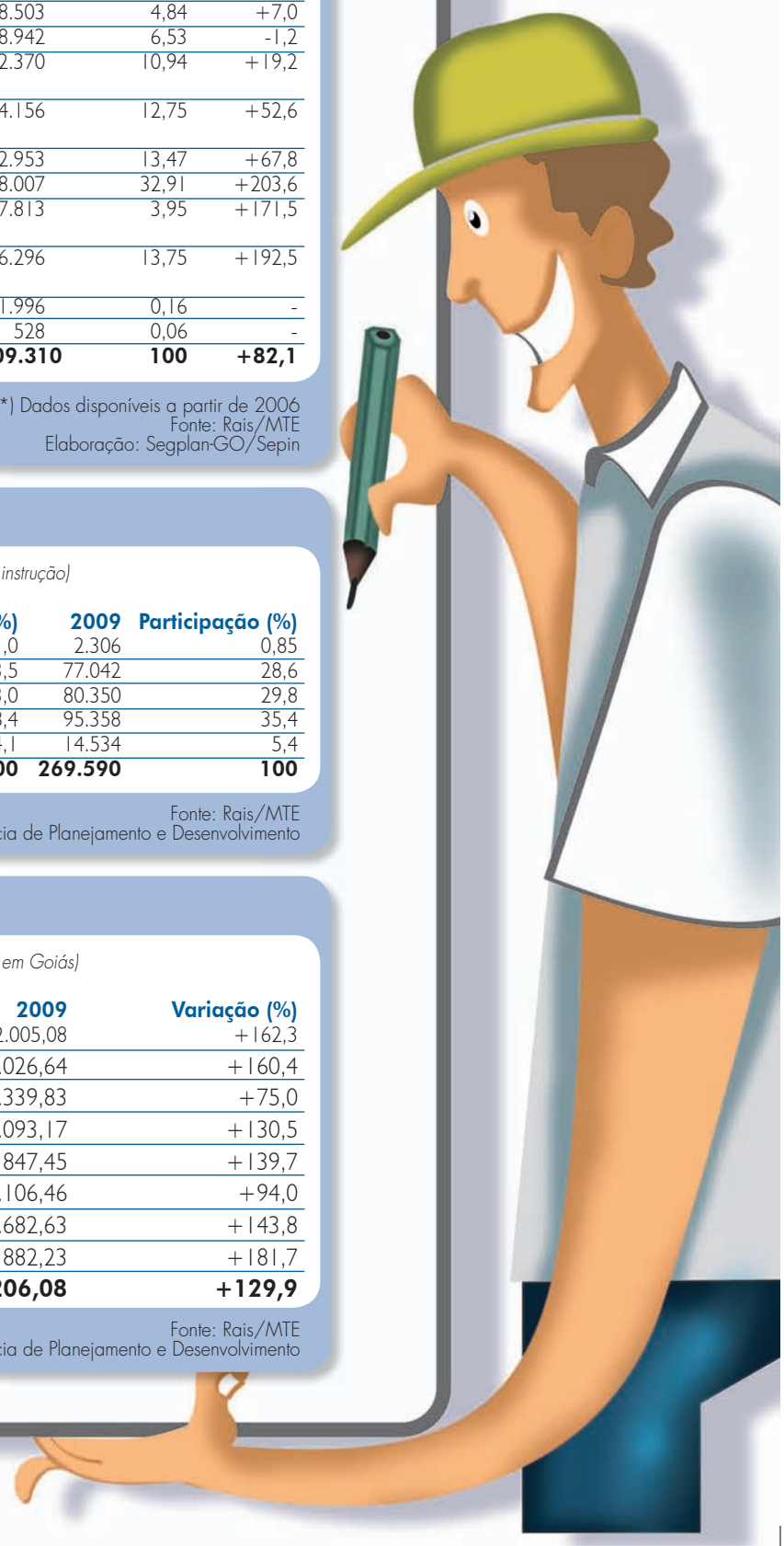
Fonte: Rais/MTE
Elaboração: Senai Goiás, Gerência de Planejamento e Desenvolvimento

A forte recuperação dos salários

(Rendimento médio nominal, por setor de atividade econômica em Goiás)

Setores	2000	2009	Variação (%)
Extrativa mineral	764,35	2.005,08	+162,3
Indústria de transformação	394,21	1.026,64	+160,4
Serviços industriais de utilidade pública	1.907,47	3.339,83	+75,0
Construção civil	474,22	1.093,17	+130,5
Comércio	353,55	847,45	+139,7
Serviços	570,26	1.106,46	+94,0
Administração pública	690,66	1.682,63	+143,8
Agropecuária	313,23	882,23	+181,7
Total	**524,44**	**1206,08**	**+129,9**

Fonte: Rais/MTE
Elaboração: Senai Goiás, Gerência de Planejamento e Desenvolvimento



"Até as formas tradicionais de recrutamento e avaliação devem ser revistas"

Dilze Percilio
Presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos em Goiás

Governos, montagens e desafios...

O século 21 está sendo marcado pela "guerra por talentos". Isso pode até parecer estranho para aqueles que estão desempregados e dizem não ter oportunidade, mas com certeza já é a dura realidade de muitas empresas em Goiás, no Brasil e no mundo. Mas por que isso ocorre? E se sobram vagas, por que há tantas pessoas desempregadas? Para começarmos a entender a situação, precisamos discutir os condicionantes estruturais e conjunturais dessa batalha.

Como condicionantes estruturais, temos, primeiro, a complexificação dos processos de trabalho e produção; segundo, os gargalos educacionais no Brasil; e terceiro, mercados altamente aquecidos

Com a alta competitividade, as empresas precisaram reduzir custos e inovar em seus processos produtivos e, dessa forma, um profissional de talento seria aquele que sabe mesclar a especialização com a multifuncionalidade. E, para isso, a Educação para o Trabalho deveria ser fornecida pelo poder público, em qualidade e quantidade adequadas. Infelizmente, o Sistema Fieg, apesar da altíssima qualidade educacional, não consegue suprir a demanda e temos poucas escolas técnicas no Brasil.

Nesse cenário, alguém tem que assumir a responsabilidade: as empresas têm que se responsabilizar por parte do desenvolvimento de seus funcionários, seja ofertando bolsas de estudos em cursos técnicos e tecnológicos, seja fazendo uma capacitação "on the job", ou seja, no dia a dia do trabalho. Mas, para que essa engrenagem funcione, é necessário que haja uma mudança de políticas de gestão de pessoas e investimento em pessoas.

E para quem vai grande parte dessa responsabilidade? Para os profissionais de gestão de pessoas e para os empresários. O RH das empresas tem que se conscientizar que o "perfil do candidato" deve ser cada vez mais relativizado, pois não há talentos em quantidade no mercado. O conhecimento e experiência profissional anteriores não podem ser os critérios com maior peso. Para atrair talentos, os RHs precisam valorizar o perfil comportamental, as atitudes dos candidatos. Um futuro talento é aquele que revela vontade de crescer profissionalmente, disposição para aprender e comprometimento com os resultados do negócio. E, nesse sentido, até as formas tradicionais de recrutamento e avaliação devem ser revistas. Mas vale ressaltar que além de atrair esse talento, o RH tem que criar condições para que ele se desenvolva.

Um grande desafio do RH é, primeiro, convencer as lideranças de que o talento comportamental pode se tornar um talento técnico e trazer resultados para a empresa antes mesmo do que imagina; segundo, desenvolver os líderes para que estes se tornem mentores, e desta forma, transformar a empresa em uma fábrica de talentos; terceiro, conseguir aumentar o orçamento da área de gestão de pessoas para que sejam implementados programas de capacitação contínuos. Convencer os empresários a investirem em pessoas torna-se difícil, além de outros condicionantes, pela própria guerra por talentos: "Por que vou investir no funcionário, para ele ficar bom e ir trabalhar na concorrência?"

Por fim, e talvez o maior desafio da área de gestão de pessoas, está na conquista de talentos. Se pararmos para pensar, um colaborador pronto, com seis meses a dois anos de empresa, dependendo do segmento e do cargo, "vale" de dois a três funcionários novatos. Colocando na ponta do lápis, ficaria fácil justificar para a empresa a importância de se investir em políticas de gestão de pessoas (planos de cargos e salários, participação nos resultados, farta cesta de benefícios, bom ambiente de trabalho, saúde e qualidade de vida no trabalho, projetos desafiadores e feedback de desenvolvimento constante).

Gostaria de finalizar conversando mais no "pé-do-ouvido" com os leitores e profissionais de RH: MUITA CALMA NESSA HORA !!! A guerra por talentos só vai se intensificar nos próximos cinquenta anos, ou até o poder público intervir na Educação para o Trabalho. A hora é agora, e a calma é para saber que precisamos pensar e agir para que o RH nas empresas goianas seja visto como estratégico, e não só como resolvedor de problemas.

A caminho da MODERNIZAÇÃO

Sindicatos que aderiram ao PDA conseguiram ampliar base de associados e reforçar representatividade

Lançado em agosto de 2008 pela Fieg, numa parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA) acumula avanços em Goiás, com a adesão de sindicatos representativos da indústria goiana. Desde então, mais de três centenas de lideranças sindicais foram capacitadas, 26 sindicatos, estimulados pelo programa, desenvolveram e colocaram seus sites no ar e quase duas dezenas deles passaram desenvolver ações baseadas em planejamento estratégico.

Entre outros propósitos, o PDA foi desenhado para promover uma reestruturação da organização sindical, modernizar as entidades, capacitar e formar lideranças com visão do mundo sindical e empresarial. A evolução experimentada recentemente pela atividade e a possibilidade, ainda que remota, de mudanças na legislação do setor impuseram a necessidade de melhorias na estrutura dos sindicatos, aparelhando-os para prestar aos associados serviços de maior valor agregado. Em resumo, trata-se de reforçar a representatividade e assegurar meios para que os sindicatos possam alcançar sua sustentabilidade.

"Os resultados são positivos, já que a oferta de novos serviços tem permitido ampliar o total de associados"

Ant nio Almeida, presidente do Sigego

Uma mudança (lenta) de cultura

Esse esforço de atualização tem trazido resultados, conforme atesta, num exemplo, o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo), Orizomar Araújo de Siqueira. "Às vezes pecamos por não utilizar os serviços oferecidos com a intensidade necessária, mas os resultados do programa têm sido bons." Há dois anos, o Simelgo registrava perto de 600 associados, número que chegou, neste ano, a 650, como resultado da aplicação do PDA e da adoção de novos serviços, como consequência.

"Isso tem funcionado como incentivo para novas associações e o próprio sindicato tem se beneficiado do PDA", afirma Siqueira. Mas a principal mudança, destaca, tem sido uma mudança de mentalidade no setor, com maior difusão da cultura do associativismo. "Mais do que aumento no número de associados, passamos a registrar participação mais intensa das empresas dentro dos sindicatos", acrescenta.

Essa opinião é reforçada pelo presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego), Antônio Almeida. "O processo ainda está engatinhando, porque estamos diante de uma mudança de cultura. Mas os resultados são positivos, até aqui, já que a oferta de novos serviços tem permitido ampliar o total de associados", declara. Apenas no ano passado, o número de empresas associadas ao sindicato aumentou em torno de 14%, passando de 268 para 306.

Almeida aposta na consolidação do PDA e espera acréscimo importante na demanda por serviços. "Estamos trabalhando intensamente na divulgação do programa e na conscientização das empresas para fortalecer a representatividade do sindicato."

Rafael Martins: Quem usa a assessoria jur dica, percebe que o servi o agrega valor ao sindicato

Assessoria jurídica e vitórias na Justiça

Como parte do PDA, em maio do ano passado, foi contratada a firma de advocacia Miranda, Missao, Martins, agora sob nova razão social (Miranda, Martins, Moura Sociedade de Advogados), para prestação de consultoria e assessoria jurídica aos sindicatos e seus associados. Orizomar Siqueira e Antônio Almeida consideram que isso permitiu incrementar o trabalho desempenhado pelos sindicatos, abrindo novas possibilidades de atuação. "Quem usa a assessoria jurídica", comenta Rafael Lara Martins, um dos sócios do escritório, "percebe que o serviço agrega valor ao sindicato. O porcentual de aceitação desse trabalho está acima de 90%."

Apenas em sete meses e meio, o escritório contabilizava 219 consultorias e atendimentos, além da realização de cinco palestras e da publicação de dois artigos tratando de temas jurídicos de interesse dos sindicatos. "No âmbito do PDA, nosso trabalho envolve consultoria, orientação jurídica, a publicação de artigos e a promoção de conferências e palestras", reforça Martins.

O escritório chega a acompanhar sindicatos durante processos de negociação coletiva. Esse foi o caso do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago), presidido pelo empresário Aurelino Antônio dos Santos. "Acompanhamos as assembleias e contribuímos para a redação da versão final do acordo, detalhando as cláusulas da convenção coletiva", diz o advogado.

Em alguns casos, fora do escopo do PDA, a firma tem atuado também na área litigiosa, mas contratada diretamente pelos sindicatos. Recentemente, o Sigego, por meio dos advogados do escritório, assegurou na Justiça Federal liminar em mandado de segurança impetrado contra ato da Receita Federal do Brasil, baseado no Decreto 6.957/2009, que promoveu, por meio de mudanças nos cálculos do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), a majoração na alíquota do Seguro Acidente de Trabalho (SAT). Com a decisão, as empresas estão isentas de utilizar o novo cálculo, que chegou a dobrar a contribuição exigida.

O Simelgo, por sua vez, conseguiu decisão favorável em primeira instância na ação que move contra a exigência de contribuição previdenciária sobre verbas não salariais, como aviso prévio, férias indenizadas e respectivo adicional de férias e sobre valores pagos pelas empresas referentes aos 15 primeiros dias de afastamento do empregado por motivo de doença. Nos dois casos, ainda cabe recurso.

Cargill invade o mercado

Com a compra da unidade goiana da Unilever, multinacional diversifica portfólio e incrementa sua estratégia de expansão no varejo de alimentos

Marcel Martins: aposta redobrada no segmento de produtos de varejo

A área de varejo ganha maior relevância na estratégia de mercado definida pela Cargill, que anunciou, em março, a conclusão da compra da linha de atomatados da Unilever no Brasil, num investimento de R$ 600 milhões. As negociações foram iniciadas em setembro do ano passado. O pacote inclui, além da fábrica da antiga Arisco em Goiânia, as tradicionais marcas de molho de tomate Pomarola e Tarantella, as de extrato de tomate Elefante e Extratomato e de polpa de tomate Pomodoro, representando uma diversificação do portfólio da indústria no setor de alimentos.

Presidente da Cargill no Brasil e líder da Unidade de Negócio Cargill Foods Brasil, responsável por produtos de consumo, Marcelo Martins afirma que a inclusão de produtos atomatados na carteira do grupo levou em consideração alguns critérios, como a compra de marcas fortes, "que nos ajudarão a ganhar mais volume no varejo brasileiro e, consequentemente, a ampliar nosso portfólio com marcas conceituadas." Com isso, o grupo espera complementar "o leque já reconhecido de opções de produtos Cargill", que incluem as marcas Liza, Purilev, Mazola e outras.

Liderança na produção de tomates

Goiás ocupa o posto de maior produtor brasileiro de tomate, com 1,4 milhão de toneladas colhidas em 2009, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse volume, mais de 91% correspondem ao tomate destinado à indústria de alimentos. A safra goiana representou, naquele ano, praticamente um terço da produção total do País.

Desde então, a produção sofreu redução, com previsão de colheita de 1,112 milhão de toneladas, entre tomate de mesa e industrial, para este ano, correspondentes a 29,5% da safra brasileira. A parceria da Unilever com produtores goianos foi um dos pontos que pesaram a favor da conclusão do negócio com a Cargill, de acordo com o grupo.

A gigante americana do setor de grãos planeja novos investimentos para a unidade recém-adquirida, que poderão incluir a expansão da linha de sachês, mas prefere deixar o anúncio dessas novidades para mais adiante. O grupo já contratou 120 empregados para dar suporte à operação de atomatados e demais produtos de consumo, ampliando seus quadros na planta de Goiânia para 800 trabalhadores. Assim como a Unilever, a Cargill também não divulga dados sobre capacidade instalada e produção.

Segundo dados da Nielsen, no ano passado as vendas de molho de tomate pronto para o consumo chegaram a R$ 863,2 milhões, um aumento de 12,1% sobre o faturamento de 2009. Entre 2007 e 2010, segundo a mesma fonte, o mercado brasileiro de produtos de tomates cresceu 16,2% em valor. "O segmento deve continuar crescendo e temos expectativa de que o consumidor comece a procurar produtos de maior qualidade", afirma o gerente geral de produtos de consumo da Cargill no Brasil, Rubens Pereira.

Responsabilidade social

A segunda edição da Pesquisa sobre Responsabilidade Social Empresarial (RSE) na Indústria Goiana, realizada pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), sob encomenda do Conselho Temático de Responsabilidade Social (Cores/Fieg), mostra que essa prática avança proporcionalmente ao porte das empresas. Enquanto apenas 10% das micro indústrias investem nesse tipo de ação, o porcentual cresce para 31% no caso das pequenas e para 50% nas médias e grandes empresas.O índice de empresas que desconhecem o assunto caiu de 22% para 13% entre 2005 e 2010. A participação das empresas que adotam políticas de responsabilidade social avançou de 11% para 18% no mesmo período.

Revista

Numa publicação do Cores/Fieg, já está circulando a sexta edição da revista *Cores (foto)*, que discute o tema consumo consciente. A reportagem de capa mostra que somente a educação, sustentada por políticas públicas e por uma mudança de mentalidades e de cultura, deverá estimular práticas conscientes de consumo, num mundo que caminha para o esgotamento físico em função da super-utilização de seus recursos.

Interlocução

Além de secretário da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e diretor nacional do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), o ex-presidente da Fieg Paulo Afonso Ferreira *(foto)* assumiu ainda a responsabilidade de presidir a Comissão de Assuntos Legislativos da confederação. A comissão acompanha com lupa os 128 projetos de lei de interesse do setor industrial que tramitam no Congresso Nacional e que compõem a edição 2011 da Agenda Legislativa da Indústria, lançada no fim de março pela CNI. Desses, 21 são considerados de alta prioridade por seu impacto negativo ou positivo sobre o setor, incluindo, no primeiro caso, o projeto de lei complementar que propõe a criação da Contribuição Social da Saúde (CSS), ressuscitando a CPMF – proposta criticada pela indústria.

Legislação trabalhista

A atual legislação trabalhista brasileira encontra-se na metade do século passado, não atende às empresas e nem aos trabalhadores, é onerosa e inadequada. A constatação, do engenheiro e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), Oscar Ferreira, foi o tema central da palestra Competitividade e Defesa de Interesses: O Papel do Sindicato e das Entidades de Representação, realizada dia 30 de março, na Casa da Indústria. Numa iniciativa do Conselho Temático de Relações do Trabalho da Fieg, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Associativo da CNI, o evento reuniu dirigentes sindicais e líderes empresariais, que defendem a modernização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Comitê do Meia Ponte

A Fieg promove campanha de mobilização para incentivar a participação do setor industrial no processo de renovação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte. O edital para eleição que vai escolher os novos participantes do comitê foi publicado no dia 22 de março e o prazo para inscrição para habilitação dos interessados encerra-se no dia 29 de abril. A divulgação final da relação dos habilitados está prevista para 20 de maio e a eleição ocorrerá nos dias 21 e 22 de junho deste ano. A primeira reunião do comitê renovado será realizada no dia 30 daquele mês, quando será eleita sua nova direção.

Aires Masson: com menos de um ano de exist ncia, empresa se prepara para conquistar 25% do mercado goiano

Com apelo ecológico

Esmaltes da Blant Cosméticos apelam para as cores e tons do Cerrado e indústria prepara-se para dobrar sua capacidade

A Blant Cosmético aguarda apenas o sinal verde da prefeitura de Senador Canedo para dar início a mais ousada aposta em sua curta trajetória, iniciada em novembro do ano passado, quando foi criada. A empresa, detalha Aires Masson, seu sócio-diretor, prepara-se para investir na construção de um galpão no polo industrial daquele município para instalar sua nova sede, dobrando a capacidade de produção a partir de março de 2012.

Em fase de análise pelo Banco do Brasil, agente financeiro do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Blant espera levantar R$ 800 mil para investir na nova indústria, que terá capacidade nominal para produzir aproximadamente 1 milhão de unidades de esmaltes e produtos para as unhas. "Nossa meta é responder por um quarto do mercado goiano em quatro anos", adianta Masson.

A Blant foi fundada precisamente no dia 9 de novembro de 2010 numa área do Setor Pedro Ludovico, às margens da Avenida Transbrasiliana, em Goiânia. Mas Masson acumula uma década de experiência no setor de cosméticos, atuando no ramo de distribuição com a empresa MC Distribuidora de Cosméticos. Essa fase permitiu que o empresário fizesse observações que foram fundamentais para o início da Blant.

"Percebemos, por exemplo, que as novas tendências do mercado demoravam para chegar ao Centro-Oeste. Vislumbramos aí uma oportunidade de criar uma indústria e de trazer essas novidades mais rapidamente para a região, atendendo à clientela com maior velocidade", afirma.

Numa definição estratégica, as linhas da Blant adotaram as cores e tons do Cerrado, agregando apelo ecológico à preservação do ecossistema da região. "Todos dizem que não há nada que se compare aos tons do céu do Cerrado, ao verde da região, às cores do pequi e ao dourado do Jalapão (parque estadual criado em 2001 pelo governo de Tocantins). Decidimos usar o tema em nossas coleções, transformando em cosmético", conta Masson. A indústria, que exigiu um desembolso inicial de R$ 400 mil, atualmente produz 500 mil vidros por mês, empregando oito funcionários. Sua linha contempla esmaltes e produtos para tratamento das unhas, num total de 90 cores diversas.

Esse portfólio será engrossado, neste ano ainda, com o lançamento de cinco novos produtos também baseados nas cores do Cerrado. "Estamos partindo agora para a consolidação de nosso negócio, com desenvolvimento de novos mercados e ampliação da carteira de clientes. Existe um mercado em expansão e estamos trabalhando para absorver parte dele", continua o empresário.

Para este ano, a Blant espera crescimento de 35% em suas vendas, operando com distribuidores no Rio de Janeiro e Paraná, além do mercado do Centro-Oeste. Masson antecipa a decisão de expandir a distribuição para os principais Estados das regiões Norte e Nordeste do País.

Marca de sucesso

Leinertex amplia seu mercado, incrementa mix de produtos e investe em nova fábrica para se tornar indústria com atuação nacional

E DQ D JLDGL QFLDGDS PLL FRQRGD DLQG LD

Animado pelo sonho de montar seu próprio negócio, o químico Antônio Abrantes reuniu suas economias, resumidas numa indenização trabalhista recebida à época, para criar a Tintas Leinertex. Em 1977, o País vivia verdadeiro turbilhão político, com fechamento do Congresso pelo então general-presidente Ernesto Geisel, e agravamento da crise econômica detonada pela escalada dos preços do petróleo três anos antes, com forte desaceleração do crescimento, alta da inflação e elevado endividamento externo.

Foi neste cenário de turbulências políticas e econômicas, num País ainda em transição e submetido a uma ditadura militar, que Abrantes contratou dois funcionários e alugou o imóvel onde instalou duas máquinas para produzir, mensalmente, 200 latas de tintas PVA, massa acrílica e esmalte sintético. O desafio, relata Abrantes, não se limitava a enfrentar as dificuldades normalmente atribuídas a qualquer negócio em seu estágio inicial, mas consolidar a indústria recém-criada "em um mercado novo, disputado por marcas tradicionais e empresas multinacionais, com capacidade de produção e investimento muitas vezes superiores."

Em fase de crescimento: primeiros funcion rios da empresa, ainda nos anos 80

Nessa fase inicial, o fundador da empresa optou por uma estratégia diferenciada para conquistar mais rapidamente fatias do consumo e ajudar a fixar a marca Leinertex no mercado goiano de tintas. "Decidimos estabelecer outro canal de distribuição, além dos vendedores externos", afirma Abrantes. Como resultado, a indústria chegou a manter três lojas próprias em Goiânia. Ainda que essa operação não fosse o foco principal de seu negócio, observa o empresário, "as lojas ajudaram a sustentar o crescimento da indústria, por meio da divulgação da marca, mantendo uma demanda firme, o que permitiu crescimento lento e gradual, mas constante, da empresa."

Nos anos 90, as alterações na economia e o nível de desenvolvimento atingido pela indústria estimularam nova mudança de rumo. As lojas foram fechadas e a Leinertex passou a centralizar o foco de sua atenção no próprio negócio, alterando o mix de produtos, ao abandonar a produção de alguns, como o esmalte sintético, e priorizar as linhas PVA e acrílica, com novos lançamentos visando a todos os segmentos de tintas imobiliárias e ampliação da área de atuação da empresa, que "cada vez mais abandona o rótulo de indústria regional", descreve Abrantes.

Em 1999, os filhos do fundador da Leinertex decidem criar a Nova Rocha Indústria de Tintas Ltda., em área da empresa-mãe localizada nas proximidades do Distrito Industrial de Aparecida de Goiânia, para a produção sob licença de linhas já consagradas no mercado. A primeira filial da indústria foi aberta em 2005, em Palmas (TO). Atualmente, o grupo dispõe de capacidade para produzir 4,150 milhões de litros por mês, incluindo tintas acrílicas, massa PVA, massa acrílica, seladores, liquibrilho, revestimentos, esmaltes e vernizes. O grupo atende a consumidores das regiões Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste, num total de 12 Estados e mais o Distrito Federal.

Renata Dos Santos

LONGEVIDADE

\\\ Joaquim Batista de Abreu Cordeiro, pai do empresário Justo Oliveira d'Abreu Cordeiro, presidente do Sinduscon, soprou velinhas de 100 anos em grande estilo. Entre os muitos amigos que recebeu em festa num bufê do Setor Marista, o aniversariante compartilhou boas conversas com o governador do Tocantins, Siqueira Campos – *na foto*, com ele e Justo Cordeiro. Natural de Arraias (TO), Joaquim Batista já foi deputado estadual quatro vezes, deputado federal duas vezes, além de ter exercido outros cargos em Goiás. No evento, ele esbanjou disposição e uma qualidade invejável nos dias de hoje: o cultivo de boas amizades.

JUVENTUDE

\\\ Alexandre Baldy *(foto)*, o mais jovem secretário de Estado, assumiu aos 30 anos o posto de titular da Secretaria de Indústria e Comércio. O empresário concilia o cargo com o comando de suas duas indústrias – uma gráfica e a Línea Sucralose. Esta última, instalada do Daia, é a única no Brasil que detém a patente para fabricar adoçantes de mesa à base de sucralose, molécula de açúcar modificada com zero caloria cuja matéria-prima vem da cana-de-açúcar. Baldy tem importante missão na primeira quinzena de abril: chefiar o grupo de empresários goianos que vai à China atrair novos negócios para Goiás.

INCENTIVO E GESTÃO

\\\ Na assinatura de convênio de sindicatos com o Programa de Apoio à Competividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi), na Casa da Indústria, dia 4 de abril, um dos mais animados era Elvis Roberto Pinto, presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados do Estado de Goiás (Sindicalce). Ele comemora que 25 empresas serão beneficiadas com a liberação de R$ 300 mil em recursos para o programa, destinado a consultorias de gestão para micro e pequenas indústrias. Além do segmento de calçados, filiados de outros sindicatos – Sinprocimento, Sindmóveis, Sindipão e Sieeg (Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal) – receberão os recursos.

TEMPO PARA TUDO

\\\ Paulo Galeno, que deixou o comando do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) depois de 37 anos de dedicação ao posto, aproveita a nova fase para realizar projetos familiares. Ele corre contra o tempo para terminar a reforma de sua casa, no Setor Bueno. Se antes da aposentadoria, só tinha dez dias por ano para visitar seu hotel em Piúma, no litoral do Espírito Santo, agora deve curtir temporadas maiores no reduto e também a companhia dos quatro netos. Ainda neste semestre, ele também pretende realizar uma viagem dos sonhos ao exterior com a mulher, Teresinha Ferreira Paranhos. Na foto, Paulo Galeno com o empresário Daniel Viana.

PATRIOTA

\\\ Os funcionários e a família de Waldyr O'Dwyer (Anadiesel) já se movimentam para organizar comemoração do aniversário de 95 anos do empresário, dia 12 de julho. Enquanto isso, ele segue rotina de trabalho diário na construção da nova sede da empresa e ainda encontra tempo para assistir vídeos que tem o militarismo como tema. Num deles, que ganhou de presente no fim de março, o ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) aparece em desfile cívico numa avenida anapolina durante as comemorações de 7 de Setembro, um de seus compromissos anuais imperdíveis.

PLÁSTICO BOLHA

\\\ Mário Drummond Diniz (Multi Injet) comemora o aumento de 35% da produção de plástico bolha, vedete de sua indústria, na saída sul da cidade. A façanha deve-se à nova máquina, trazida de sua última viagem à China, realizada em dezembro do ano passado. O equipamento é o único do Centro-Oeste e um dos poucos do País, já que modelos similares existem apenas em fábricas de São Paulo e do Paraná. A meta, segundo ele, é aumentar o faturamento em 40% ainda neste semestre.

MÓVEIS E FRUTICULTURA

\\\ O Senai e a AGDR trabalham em parceria nos APLs de Fruticultura, em Luziânia, e de Móveis, em Valparaíso de Goiás. A nova parceria foi firmada em reunião na Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR), dia 24 de março, pelo seu presidente, Wilter Coelho, e Walmir Telles, coordenador de Projetos Especiais do Senai. A próxima reunião será com a cooperativa de moveleiros, a Veleiros, e a Cariama, cooperativa de fruticultores de Luziânia. Uma das indústrias de Luziânia que teria interesse na produção é a Ki-Vita, Indústria e Comércio de Alimentos. Ela pertence a Guaracy Rodrigues Mundim, que fundou sua indústria de beneficiamento de polpa de frutas há 13 anos, em Luziânia, a 180 quilômetros de Goiânia, e compra sua matéria-prima de pequenos produtores da região.

MESTRE DE CERIMÔNIAS

\\\ Lília Teles, repórter da TV Globo Rio, conversa com o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e sua mulher, Suely Paranaíba, durante entrega do Prêmio CNI Sesi Marcantonio Vilaça para as Artes Plásticas, no Clube Antônio Ferreira Pacheco. A jornalista veio a Goiânia especialmente para fazer a apresentação do evento.

Sindirepa

Gest o qu ntica

No primeiro evento realizado por sua nova diretoria, agora presidida pelo empresário Ailton Aires de Mesquita, o Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás (Sindirepa), em parceria com a Fieg, promoveu, no dia 2 de março, palestra com Júlio Borba, considerado como grande fenômeno da motivação no País *(foto)*. O especialista tratou do tema Gestão Quântica – O Poder da União.

Sigego

Pr mio Aquino Porto

Publicada no *Diário Oficial* do Município no fim de 2010, a Lei 8.995, numa iniciativa do vereador Túlio Maravilha, incluiu o Prêmio Aquino Porto de Excelência Gráfica – Criação e Produção no calendário oficial de eventos de Goiânia. Com seis edições já realizadas, o evento é promovido pelo Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego) e pela Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) – Regional Goiás, ambos presididos pelo empresário Antônio Almeida. Para ele, a inclusão da premiação no calendário oficial da cidade significa o reconhecimento de sua importância, assim como de todo o setor gráfico, que reúne cerca de 600 empresas e emprega mais de 4 mil trabalhadores.

Sindicato mais forte

Durante o evento, realizado no Auditório Gilson Alves, no Palácio da Indústria, o presidente do Sindirepa, Ailton Aires Mesquita, falou aos convidados sobre os benefícios oferecidos pelo sindicato às empresas associadas, defendendo a união e o fortalecimento da categoria durante sua gestão. Empossada no ano passado, a nova direção tem mandato até 2013.

Sinprocimento

Qualidade na produ o

O Sindicato das Indústrias de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocimento) entregou, no dia 31 de março, certificados às empresas que participaram do Programa Goiano de Qualidade de Blocos de Concreto. Essas indústrias poderão, agora, requerer selo de qualidade à Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP).

Sinduscon

Debate com a Caixa

A direção do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon/GO) reuniu-se, no primeiro dia de março, com o superintendente regional Sul de Goiás da Caixa Econômica Federal, Moacyr do Espírito Santo, para discutir as novas regras para financiamentos contratados pelo programa Minha Casa Minha Vida. A entrada em vigor dessas normas, que passam a exigir a pavimentação definitiva para liberação de financiamentos, foi prorrogada para julho deste ano. Os projetos que chegarem à Caixa até 30 de junho serão avaliados ainda conforme a norma antiga. Além do presidente do Sinduscon/GO, Justo Oliveira de Abreu Cordeiro, e do superintendente da Caixa, também participaram do encontro o secretário da CNI, Paulo Afonso Ferreira, o presidente da Associação Goiana de Municípios, Márcio Cecílio Ceciliano, o gerente executivo da Unidade de Pesquisa, Avaliação e

Desenvolvimento da CNI, Renato Fonseca, e o economista da Fieg, Cláudio Henrique de Oliveira *(foto)*.

Simplago

5HVG RVY COGRVéII

"A visão do setor industrial é de que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305, é parte fundamental para a mudança na forma de encarar questões ambientais e essencial para a reestruturação da cadeia produtiva, dividindo responsabilidades", afirma o presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago) e vice-presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg, Aurelino Antônio dos Santos. Ele reforça a importância do setor acompanhar as discussões e participar dos acordos setoriais, que definirão a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto e da logística reversa. O Simplago prevê a realização de estudo para apresentar um diagnóstico do setor no Estado em relação à gestão de resíduos.

5HVG RVY COGRVéII

O Simplago promoveu, em fevereiro, no Palácio da Indústria, palestra sobre oportunidades e desafios para o setor do plástico depois da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o especialista em direito ambiental e presidente da Câmara Técnica de Gestão de Resíduos do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), Thiago Camargo, do escritório de advocacia Miranda Missao Martins Advogados. Além de presidentes de sindicatos industriais e empresários, o evento contou com a presença da diretora interina de gestão ambiental da Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma), Celma Alves.

Sindifargo

Linha de produção

O presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Marçal Henrique Soares *(foto)*, destaca o sucesso na realização do curso de alimentador de linha de produção, para atender à demanda de cerca de 1,5 mil vagas que serão abertas por empresas do setor durante o primeiro semestre deste ano. Numa parceria com o Senai Goiás, o curso é gratuito e tem duração de 80 horas e turmas com média de 25 alunos. O Sistema Nacional de Empregos (Sine), que também participa da iniciativa, responde pelo recrutamento dos interessados e por seu encaminhamento às empresas.

Sicma

Destaque

O presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), Álvaro Otávio Dantas Maia (*na foto com diretor do Senai, Francisco Carlos Costa*), afirma que a entidade irá, ao longo deste ano, promover ações com o objetivo de fortalecer a indústria moveleira, que tem crescido muito e apresenta "enorme potencial na região". O assunto foi destacado em seu pronunciamento durante a abertura do Seminário de Habitação, promovido pelo Sicma em parceria com a Caixa Econômica Federal e a Imagem Produções, contando ainda com a participação da Prefeitura de Anápolis, do Banco do Brasil e Senai.

Sindicer/GO

Reta final

O Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO) anuncia que, dentro em breve, serão concluídos o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima) para a Área de Proteção Ambiental (APA) do Ribeirão João Leite, onde estão implantadas cerca de 40 empresas. O presidente da entidade, Henrique Morg de Andrade, ressalta que a ação vai garantir que as empresas possam renovar suas licenças e promover a exploração sustentável naquela região. A medida, inclusive, atende a exigências feitas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) e pelo Ministério Público Estadual, por meio do Centro de Apoio do Meio Ambiente. No dia 28 de abril, a diretoria do Sindicer/GO terá nova reunião ordinária, quando novos detalhes do projeto serão avaliados.

Feira do mobiliàrio

Durante a sétima edição do Feirão de Imóveis da Caixa, o Sicma promoverá, paralelamente, a 2ª Feira do Mobiliário. "Queremos este ano uma participação ainda maior das empresas deste setor, em relação ao evento do ano passado", afirma Álvaro Maia, presidente do sindicato. O evento está programado para a segunda quinzena de maio.

Operador de màquinas

Numa parceria com o Senai Goiás, o Sicma realiza o curso de operador de pá-carregadeira e escavadeira *(foto)*. A primeira etapa do curso, realizada entre 28 de março e 1º de abril, foi dedicada à aplicação de conteúdos teóricos. Durante a segunda fase, entre os dias 2 e 9 de abril, serão ministradas aulas práticas. Os participantes terão direito a certificado de conclusão, desde que tenham alcançado, pelo menos, 75% de frequência e 60 pontos, no mínimo.

SIAA

Produ o sustentàvel

O presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis, Wilson de Oliveira *(foto)*, participou, em fevereiro, de encontro regional promovido pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) para debater questões como as novas tecnologias para o campo e as políticas do setor com vistas à produção agrícola sustentável. O evento contou com a presença da presidente da CNA, senadora Kátia Abreu; do presidente da Faeg, José Mário Schreiner; do vice-governador José Éliton e de deputados federais e estaduais, vereadores e prefeitos de Anápolis e da região da Estrada de Ferro. Wilson de Oliveira, que é também vice-presidente da Fieg, representou a entidade no encontro.

Siva/Simea

A o global

Os presidentes dos sindicatos das Indústrias do Vestuário de Anápolis, Jair Rizzi, e das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis, Robson Braga *(na foto com o presidente do Sifaeg/Sifaçúcar, André Rocha)*, comemoram o anúncio feito pelo presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, de que Anápolis foi a cidade escolhida para sediar o projeto Ação Global, previsto para maio. Eles participaram do ato de entrega do estacionamento do Núcleo Regional da Fieg e de uma reunião de trabalho na qual presidentes de sindicatos indicaram o nome do empresário e atual presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), Ubiratan Lopes, para a presidência no Núcleo Regional da Fieg em Anápolis.

N cleo da Fieg

Lideranças sindicais

Foi realizada em Anápolis, no início de março, a Oficina de Comunicação e Oratória, coordenada pela jornalista Débora da Col *(foto)*. O evento, realizado no miniauditório do Senai, faz parte do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), que é desenvolvido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em conjunto com a Fieg. Participaram da atualização os presidentes dos sindicatos das indústrias de alimentação, construção e mobiliário, farmacêuticas, metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, cerâmicas e do vestuário de Anápolis, além do coordenador do coordenador do Núcleo Regional da Fieg, Gilson Amaral Brito.

Sininceg

Elei es na UPM

O deputado estadual José Vitti (PRTB), presidente do Sindicato da Indústria de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás (Sininceg) participou, em Porto Alegre (RS), da Assembleia Geral Extraordinária da União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul (UPM). Além de debates de temas de competência da entidade, foram realizadas a eleição e a posse da nova diretoria do Bloco Brasileiro da UPM. O deputado estadual Miki Breier (PSB-RS) presidirá a instituição até 2012.

Minera o em debate

Lideranças empresariais e políticas ligadas ao setor da mineração participaram em março da 12ª Comissão Especial da Mineração realizada em Brasília. O presidente do Sininceg e da Câmara Setorial da Mineração da Fieg, deputado José Vitti, acompanhado do coordenador da Comissão Especial da Mineração da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Luiz Vessani, marcou presença no evento. Entre outros temas, foi apresentado um diagnóstico do momento político e econômico e debatida a agenda política do setor para 2011, incluindo assuntos como o novo marco regulatório da mineração, meio ambiente e reforma tributária.

"Inovação é parte integrante e indissolúvel do cardápio de nossas ações"

Marçal Henrique Soares
Presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo)

Um setor consolidado

Até em nome do reconhecimento a empresários abnegados e empreendedores, podemos dar como consolidadas as bases da indústria farmacêutica em Goiás. É resultado de muito trabalho, mas um trabalho que compensou. E os resultados não compensam apenas quem investiu, mas o próprio Estado de Goiás, hoje uma referência nacional – e quiçá mundial – nesse setor.

Com essa consolidação, estamos passando por um momento de grande expansão na produção, no desenvolvimento de novos genéricos, em grandes investimentos para aquisição de novos equipamentos e instalações como também em pesquisa e desenvolvimento, o que vai gerar mais 2.800 vagas diretas neste ano de 2011. Essas contratações significam crescimento na oferta de mão de obra em torno de 20%, o que é muito expressivo e contribui para a empregabilidade no Estado.

Na verdade, estamos hoje inseridos numa nova realidade. A indústria goiana deixou o fundo do quintal para sair à porta, com o horizonte aberto e escancarado. Temos como melhor comprovação de um novo cenário os olhos abertos de várias partes do mundo para o que aqui estamos fazendo. Recentes aquisições de empresas genuinamente goianas significam, em primeiro lugar, que nossas indústrias estavam alinhadas com as mais rigorosas normas nacionais e internacionais na produção de medicamentos.

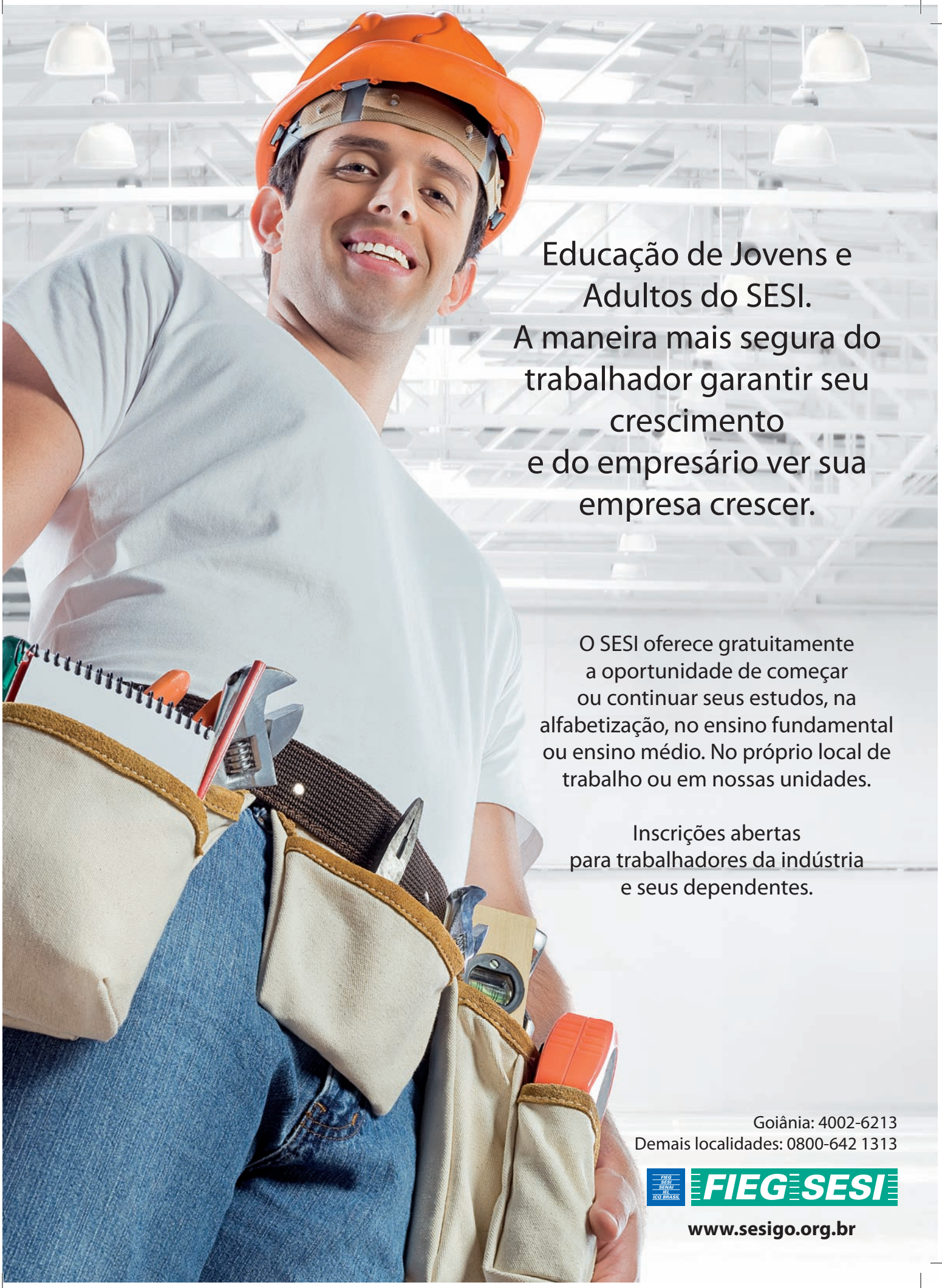
E essa consolidação a que nos referimos acima atesta exatamente a importância e a representatividade técnica e mercadológica de nossas empresas. A entrada de grupos estrangeiros em Goiás, por meio de aquisições, mostra a importância do setor de indústria farmacêutica goiana, que vem atraindo grupos americano, espanhol, indiano e, recentemente, o maior grupo nacional de capital aberto, que é a Hypermarcas. A melhor consequência de tudo é que teremos mais desenvolvimento, tecnologia e inovação, maior participação no mercado nacional e também uma exportação muito maior.

Mas há desafios e percalços pelo caminho, como ocorre em qualquer ramo de negócio. A indústria farmacêutica, porém, está bastante acostumada com esses grandes desafios. Todas nossas empresas são sustentáveis. Mais que isso: ou são sustentáveis, ou não sobrevivem. O nível da competitividade para quem está aqui chegando aumenta, porque Goiás oferece vários incentivos que não existem em outros Estados, tem uma logística muito eficiente e de custo mais interessante devido a sua localização geográfica, tem um porto seco eficiente para as importações, está muito perto da Anvisa, em Brasília, tem uma Visa (vigilância sanitária) estadual eficiente, rápida e participativa, tem um sistema de comunicação desburocratizado com os poderes públicos constituídos, estadual e municipal. São motivos e razões que podemos citar e que, com certeza, otimizam a competitividade industrial de Goiás.

Quanto à mão de obra, que é um gargalo em muitas atividades empresariais, está entre os problemas mais proeminentes que o Brasil enfrenta hoje, e o nosso setor goiano não foi poupado. Várias ações do Sindifargo, em conjunto com Senai, Fieg e prefeituras, têm amenizado esse problema, com o que podemos atestar que a presente falta de mão de obra não será um empecilho para nosso crescimento e desenvolvimento, mesmo porque além de treinar e desenvolver localmente também importamos de outros Estados e até do exterior.

Avançamos muito, e continuaremos a avançar. Um setor com essa dinâmica vive de inovação, seja por imposição da Anvisa, por meio de uma política de elevar tecnologicamente nosso parque produtivo às exigências da Organização Mundial da Saúde (OMS), seja pela concorrência acirrada, onde quem não inova, quem não reinveste, não sobrevive. Inovação é parte integrante e indissolúvel do cardápio de nossas ações.

Em síntese, a indústria farmacêutica foi e tem sido um setor de grande e importante impulso tecnológico para Goiás. Por ser um segmento industrial de ponta que lida com a saúde pública, estamos na verdade imprimindo – até por necessidade – uma nova mentalidade desenvolvimentista em Goiás.


Educação de Jovens e Adultos do SESI.
A maneira mais segura do trabalhador garantir seu crescimento
e do empresário ver sua empresa crescer.
O SESI oferece gratuitamente a oportunidade de começar ou continuar seus estudos, na alfabetização, no ensino fundamental ou ensino médio. No próprio local de trabalho ou em nossas unidades.
Inscrições abertas para trabalhadores da indústria e seus dependentes.
Goiânia: 4002-6213
Demais localidades: 0800-642 1313
FIEG SESI
www.sesigo.org.br

"O Senhor é bom para todos"
UNIVERSO
Micos®
TorresMicos
BACON
Peticitos
CRONY
Churrasco
0% gorduras trans sem conservantes
45g peso líq.
BATATA PALHA
SLIGHT
Refinata
Frango à Passarinho
Micos
Kids
Faça parte desse Universo!
SAC 0800 404 4000 - Ligue grátis!
Fábrica Senador Canedo - GO | 62 4005-4400
Fábrica Benevides - PA | 91 4008-4900
Fábrica Camaçarí - BA | 71 3622-2395
www.universomicos.com.br